

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	25
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	70
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	174
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	178
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	179
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	183

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	184
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.420.804.398
Preferenciais	12.247
Total	2.420.816.645
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	52.925.205	49.819.186	41.654.417
1.01	Ativo Circulante	9.828.112	15.398.048	10.411.555
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.785.100	5.228.615	2.575.290
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.190.635	4.568.020	2.070.438
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.190.635	4.568.020	2.070.438
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	2.190.635	4.568.020	2.070.438
1.01.03	Contas a Receber	3.739.452	3.066.906	3.051.834
1.01.03.01	Clientes	3.739.452	3.066.906	3.051.834
1.01.04	Estoques	236.117	202.553	246.602
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.181.687	1.666.526	1.795.127
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.181.687	1.666.526	1.795.127
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	469.345	354.620	374.015
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	712.342	1.311.906	1.421.112
1.01.07	Despesas Antecipadas	198.506	275.148	149.796
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	496.615	390.280	522.468
1.01.08.03	Outros	496.615	390.280	522.468
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	239.189	134.292	262.666
1.01.08.03.02	Outros Ativos	200.264	197.251	210.539
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	30.643	30.076	5.357
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	26.519	28.661	43.906
1.02	Ativo Não Circulante	43.097.093	34.421.138	31.242.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.579.313	3.925.956	4.115.088
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	12.929	11.508	7.061
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	12.929	11.508	7.061
1.02.01.04	Contas a Receber	238.683	186.301	128.827
1.02.01.04.01	Clientes	238.683	186.301	128.827
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	80.258	83.139	73.598
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.247.443	3.645.008	3.905.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	662.433	521.627	239.423
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	65.397	18.908	30.024
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	1.377.560	718.773	794.755
1.02.01.10.06	Impostos Indiretos a Recuperar	889.472	905.312	856.786
1.02.01.10.07	Impostos Diretos a Recuperar	517.878	730.455	1.277.127
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	208.003	213.045	156.841
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	526.700	536.888	550.646
1.02.02	Investimentos	5.739.739	1.601.703	1
1.02.02.01	Participações Societárias	5.739.739	1.601.703	1
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	5.739.739	1.601.703	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	1
1.02.03	Imobilizado	19.775.260	18.308.400	18.100.698
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.047.031	11.029.680	11.261.308
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.880.134	6.495.053	6.325.509
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	848.095	783.667	513.881
1.02.04	Intangível	13.002.781	10.585.079	9.027.075
1.02.04.01	Intangíveis	13.002.781	10.585.079	9.027.075
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.422.319	2.478.986	2.739.028
1.02.04.01.03	Autorizações	4.265.680	4.793.831	4.115.007
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	475.743	1.527.220
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	3.202.613	2.836.519	645.820

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	52.925.205	49.819.186	41.654.417
2.01	Passivo Circulante	12.057.530	10.611.482	8.301.956
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	343.541	303.239	272.635
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	343.541	303.239	272.635
2.01.02	Fornecedores	4.385.356	3.267.404	3.128.732
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.089.977	3.063.458	2.932.486
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	295.379	203.946	196.246
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.205.029	1.663.795	1.232.077
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.927.105	1.293.999	806.497
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	78.351	186.294	117.349
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	1.848.754	1.107.705	689.148
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	212.043	303.721	359.498
2.01.03.02.01	ICMS	212.043	303.721	359.498
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	65.881	66.075	66.082
2.01.03.03.01	ISS	65.881	66.075	66.082
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.264.967	538.450	1.689.385
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.264.967	538.450	1.689.385
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	155.290	275	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.109.677	538.175	1.689.385
2.01.05	Outras Obrigações	3.858.637	4.838.594	1.979.127
2.01.05.02	Outros	3.858.637	4.838.594	1.979.127
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	661.494	533.580	538.576
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	343.142	194.837	7.273
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	507.685	2.630.169	102.507
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	222.829	197.179	266.436
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.353.869	1.269.878	1.054.709
2.01.05.02.08	Outros Passivos	21.327	12.951	9.626
2.01.05.02.09	Outras obrigações contratuais	748.291	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02	Passivo Não Circulante	15.470.310	14.100.598	10.169.716
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.704.858	3.307.015	655.647
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.933.061	1.639.616	655.647
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	781.444	396.006	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.151.617	1.243.610	655.647
2.02.01.02	Debêntures	1.771.797	1.667.399	0
2.02.02	Outras Obrigações	10.647.474	9.826.210	8.619.776
2.02.02.02	Outros	10.647.474	9.826.210	8.619.776
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições Indiretos	3.734	3.273	3.102
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições Diretos a recolher	9.806	13.227	212.444
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.150.531	1.250.918	232.940
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	666.612	689.161	755.488
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	8.595.004	7.793.661	7.324.126
2.02.02.02.09	Outros Passivos	171.557	62.020	62.783
2.02.02.02.10	Operações com Derivativos	50.230	13.950	28.893
2.02.04	Provisões	1.117.978	967.373	894.293
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.117.978	967.373	894.293
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	473.391	429.951	399.288
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	214.450	192.132	213.026
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.825	6.492	7.346
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	392.972	309.019	245.432
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	31.340	29.779	29.201
2.03	Patrimônio Líquido	25.397.365	25.107.106	23.182.745
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	408.439	396.949	392.346
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	54.998	48.202	43.579
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-163	-4.857	-4.837

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.04	Reservas de Lucros	11.514.879	11.236.551	9.317.356
2.03.04.01	Reserva Legal	1.250.448	1.175.215	1.036.194
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.124.411	1.958.301	1.781.560
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	600.000	0	0
2.03.04.10	Reserva para Expansão	7.540.020	8.103.035	6.499.602
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.844	-4.285	-4.848

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	20.759.080	18.058.027	17.267.812
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.934.765	-8.443.023	-7.996.615
3.03	Resultado Bruto	10.824.315	9.615.004	9.271.197
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.774.348	-5.858.973	-6.456.280
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.175.582	-4.621.788	-4.443.027
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.801.836	-1.723.384	-1.656.267
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	163.355	2.849.358	125.508
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-406.533	-2.351.587	-482.494
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-553.752	-11.572	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.049.967	3.756.031	2.814.917
3.06	Resultado Financeiro	-1.193.560	-652.806	-807.277
3.06.01	Receitas Financeiras	1.408.568	1.612.676	796.406
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.602.128	-2.265.482	-1.603.683
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.856.407	3.103.225	2.007.640
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-185.652	-146.051	-163.950
3.08.01	Corrente	-175.690	203.353	-752.328
3.08.02	Diferido	-9.962	-349.404	588.378
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.670.755	2.957.174	1.843.690
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.670.755	2.957.174	1.843.690
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,07	1,22	0,76
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,07	1,22	0,76

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	1.670.755	2.957.174	1.843.690
4.02	Outros Resultados Abrangentes	441	563	-1.031
4.02.01	Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	668	853	-1.562
4.02.03	Tributos diferidos	-227	-290	531
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.671.196	2.957.737	1.842.659

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.537.370	10.078.087	8.673.871
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.873.221	9.867.169	9.532.715
6.01.01.01	Lucros antes do IR e CSSL	1.856.407	3.103.225	2.007.640
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	5.865.706	5.691.696	5.527.012
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	91.681	-27.768	131.253
6.01.01.05	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	-128.103	51.913	-88.085
6.01.01.06	Opções compra de ações	6.796	15.672	2.588
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	247.227	278.789	333.724
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	718	1.486	-284
6.01.01.09	Juros, Variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	745.836	119.864	166.057
6.01.01.10	Perdas por créditos de Liquidação Duvidosa	585.699	544.642	552.817
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	1.075.603	858.259	910.691
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-28.101	56	-10.698
6.01.01.13	Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)	0	-782.237	0
6.01.01.14	Resultado de equivalência patrimonial	553.752	11.572	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.335.851	210.918	-858.844
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.269.979	-583.346	-390.087
6.01.02.02	Impostos e Contribuição a Recuperar	916.029	664.397	1.260.949
6.01.02.03	Estoques	-33.565	44.050	-43.325
6.01.02.04	Despesas antecipadas	79.523	-134.893	20.928
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-603.825	215.698	203.567
6.01.02.06	Outros ativos	-32.696	41.610	-111.003
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	40.302	35.506	53.667
6.01.02.08	Fornecedores	1.088.993	153.357	-818.989
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	122.922	366.605	-320.674
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-242.597	-316.804	-413.634
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-2.378.796	-8.604	-10.871
6.01.02.12	Receita Diferidas	3.100	-135.583	-87.188

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.13	Outros Passivos	-25.262	-116.981	-132.606
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-14.094	-69.578
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.064.049	-6.689.396	-5.293.356
6.02.01	Ativos financeiros ao valor justo	2.375.964	-2.502.030	-1.428.888
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível. Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.	-4.730.433	-5.283.707	-3.891.306
6.02.04	Recebimento de arrendamento mercantil financeiro	4.475	47	4.879
6.02.05	Caixa proveniente da incorporação da TIM PARTICIPAÇÕES	0	0	21.959
6.02.06	Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)	0	1.096.294	0
6.02.07	Contraprestação na aquisição da Cozani	-6.463.333	0	0
6.02.08	Aumento de capital controlada Cozani	-250.722	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.916.836	-735.366	-3.089.273
6.03.01	Novos Empréstimos	1.568.343	3.062.000	1.800.000
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-565.303	-1.710.935	-1.806.922
6.03.03	Dividendos e JSCP Pagos	-1.199.201	-1.042.976	-1.153.054
6.03.04	Operações com derivativos	-269.437	216.197	-134.360
6.03.05	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	4.694	-11.069	0
6.03.06	Juros pagos – Empréstimos	-157.831	-78.952	-72.643
6.03.07	Pagamento Leasing	-1.251.552	-1.179.723	-927.903
6.03.08	Juros pagos – Arrendamento	-1.046.549	-832.928	-794.391
6.03.09	Novos financiamentos licença 5G	0	843.020	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.443.515	2.653.325	291.242
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.228.615	2.575.290	2.284.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.785.100	5.228.615	2.575.290

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	11.490	29.412	-1.429.412	0	-1.388.510
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.796	0	0	0	6.796
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	4.694	0	0	0	4.694
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.400.000	0	-1.400.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	29.412	-29.412	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.670.755	441	1.671.196
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.670.755	0	1.670.755
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	441	441
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	248.916	-241.343	0	7.573
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	241.343	-241.343	0	0
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	7.573	0	0	7.573
5.07	Saldos Finais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.603	0	-1.047.500	0	-1.042.897
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.623	0	0	0	4.623
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20	0	0	0	-20
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.047.500	0	-1.047.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.957.174	563	2.957.737
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.957.174	0	2.957.174
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	563	563
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.919.195	-1.909.674	0	9.521
5.06.04	Constituição de reserva de benefício fiscal	0	0	176.741	-176.741	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	139.021	-139.021	0	0
5.06.06	Constituição de reserva para expansão	0	0	1.593.912	-1.593.912	0	0
5.06.07	Dividendos não reclamados	0	0	9.521	0	0	9.521
5.07	Saldos Finais	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.719	356.192	0	-1.083.000	0	-725.089
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.425	0	0	0	7.425
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.837	0	0	0	-4.837
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.083.000	0	-1.083.000
5.04.08	Incorporação de sociedade do Grupo TIM	1.719	353.604	0	0	0	355.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.843.690	-1.031	1.842.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.843.690	0	1.843.690
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.031	-1.031
5.05.02.06	Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	0	0	0	0	-1.031	-1.031
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	767.058	-760.690	0	6.368
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	760.690	-760.690	0	0
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	6.368	0	0	6.368
5.07	SalDOS Finais	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	24.363.550	24.902.358	21.249.577
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.949.249	22.737.749	21.802.394
7.01.02	Outras Receitas	0	2.709.251	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-585.699	-544.642	-552.817
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.299.651	-7.702.345	-5.591.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.726.974	-2.676.158	-2.641.923
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.572.677	-5.026.187	-2.949.673
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.063.899	17.200.013	15.657.981
7.04	Retenções	-5.865.706	-5.691.696	-5.527.012
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.865.706	-5.691.696	-5.527.012
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.198.193	11.508.317	10.130.969
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	854.817	1.601.104	796.406
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-553.752	-11.572	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.408.569	1.612.676	796.406
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.053.010	13.109.421	10.927.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.053.010	13.109.421	10.927.375
7.08.01	Pessoal	1.059.802	923.386	852.093
7.08.01.01	Remuneração Direta	741.769	621.702	552.749
7.08.01.02	Benefícios	208.513	191.346	196.124
7.08.01.03	F.G.T.S.	69.252	63.689	60.722
7.08.01.04	Outros	40.268	46.649	42.498
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.572.970	6.014.887	5.811.993
7.08.02.01	Federais	2.258.722	2.113.953	1.906.223
7.08.02.02	Estaduais	3.217.298	3.773.000	3.791.380
7.08.02.03	Municipais	96.950	127.934	114.390
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.743.696	3.204.827	2.414.770
7.08.03.01	Juros	2.598.942	2.263.324	1.601.595
7.08.03.02	Aluguéis	1.144.754	941.503	813.175

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.670.755	2.957.174	1.843.690
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.400.000	1.047.500	1.083.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	270.755	1.909.674	760.690
7.08.05	Outros	5.787	9.147	4.829
7.08.05.01	Investimento Social	5.787	9.147	4.829

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	56.408.367	0	41.654.417
1.01	Ativo Circulante	10.364.415	0	10.411.556
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.548.713	0	2.575.291
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.190.635	0	2.070.438
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.190.635	0	2.070.438
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.190.635	0	2.070.438
1.01.03	Contas a Receber	3.421.094	0	3.051.834
1.01.03.01	Clientes	3.421.094	0	3.051.834
1.01.04	Estoques	236.117	0	246.602
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.193.010	0	1.795.127
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.193.010	0	1.795.127
1.01.06.01.01	Tributos indiretos	472.202	0	374.015
1.01.06.01.02	Tributos diretos	720.808	0	1.421.112
1.01.07	Despesas Antecipadas	278.851	0	149.796
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	495.995	0	522.468
1.01.08.03	Outros	495.995	0	522.468
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	239.189	0	262.666
1.01.08.03.02	Arrendamentos	30.643	0	5.357
1.01.08.03.03	Outros valores a compensar	26.519	0	43.906
1.01.08.03.04	Outros	199.644	0	210.539
1.02	Ativo Não Circulante	46.043.952	0	31.242.861
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.426.136	0	4.115.088
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	12.929	0	7.061
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	12.929	0	7.061
1.02.01.04	Contas a Receber	238.683	0	128.827
1.02.01.04.01	Clientes	238.683	0	128.827
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.367.586	0	550.646
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.367.586	0	550.646

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	80.258	0	73.598
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.726.680	0	3.354.956
1.02.01.10.03	Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	895.408	0	856.786
1.02.01.10.04	Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	517.878	0	1.277.127
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	662.433	0	239.423
1.02.01.10.06	Arrendamentos	208.003	0	156.841
1.02.01.10.07	Outros ativos	65.398	0	30.024
1.02.01.10.08	Depósitos judiciais	1.377.560	0	794.755
1.02.02	Investimentos	1.540.116	0	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.540.116	0	0
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.540.116	0	0
1.02.03	Imobilizado	22.661.152	0	18.100.698
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.427.531	0	11.261.308
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.385.533	0	6.325.509
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	848.088	0	513.881
1.02.04	Intangível	16.416.548	0	9.027.075
1.02.04.01	Intangíveis	13.304.379	0	7.499.855
1.02.04.01.02	Direito de uso de softwares	2.057.049	0	2.739.028
1.02.04.01.03	Autorizações	7.435.977	0	4.115.007
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	3.811.353	0	645.820
1.02.04.02	Goodwill	3.112.169	0	1.527.220

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	56.408.367	0	41.654.417
2.01	Passivo Circulante	13.118.009	0	8.301.956
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	343.541	0	272.635
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	343.541	0	272.635
2.01.02	Fornecedores	4.237.229	0	3.128.732
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.940.624	0	2.975.358
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	296.605	0	153.374
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.356.078	0	1.232.077
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.068.294	0	806.497
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	78.351	0	313.145
2.01.03.01.02	Outros impostos e taxas	1.989.943	0	493.352
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	222.120	0	359.498
2.01.03.02.01	ICMS	222.120	0	359.498
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	65.664	0	66.082
2.01.03.03.01	ISS	65.664	0	66.082
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.264.967	0	1.689.385
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.264.967	0	1.689.385
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	159.255	0	1.689.385
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.105.712	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	4.916.194	0	1.979.127
2.01.05.02	Outros	4.916.194	0	1.979.127
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	661.494	0	538.576
2.01.05.02.04	Passivo de arrendamento	2.257.211	0	1.054.709
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	343.142	0	7.273
2.01.05.02.06	Autorizações a pagar	507.685	0	102.507
2.01.05.02.07	Receitas diferidas	265.417	0	266.436
2.01.05.02.08	Outras obrigações contratuais	748.291	0	0
2.01.05.02.09	Outros passivos	132.954	0	9.626

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02	Passivo Não Circulante	17.892.993	0	10.169.716
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.704.858	0	655.647
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.933.061	0	655.647
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	781.444	0	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.151.617	0	655.647
2.02.01.02	Debêntures	1.771.797	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	13.070.154	0	8.619.776
2.02.02.02	Outros	13.070.154	0	8.619.776
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	50.230	0	28.893
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	10.574.654	0	7.324.126
2.02.02.02.05	Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	3.734	0	3.102
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	9.806	0	212.444
2.02.02.02.07	Autorizações a pagar	1.165.705	0	232.940
2.02.02.02.08	Receitas diferidas	666.612	0	755.488
2.02.02.02.09	Outros passivos	599.413	0	62.783
2.02.04	Provisões	1.117.981	0	894.293
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.117.981	0	894.293
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	473.391	0	399.288
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	214.450	0	213.026
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.825	0	7.346
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	392.975	0	245.432
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	31.340	0	29.201
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	25.397.365	0	23.182.745
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	0	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	408.439	0	392.346
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	0	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	54.998	0	43.579
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-163	0	-4.837

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.04	Reservas de Lucros	11.514.879	0	9.317.356
2.03.04.01	Reserva Legal	1.250.448	0	1.036.194
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.124.411	0	1.781.560
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	600.000	0	0
2.03.04.10	Reserva para Expansão	7.540.020	0	6.499.602
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.844	0	-4.848

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.530.801	0	17.267.812
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.655.981	0	-7.996.615
3.03	Resultado Bruto	10.874.820	0	9.271.197
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.714.904	0	-6.456.280
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.596.211	0	-4.443.027
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.808.735	0	-1.656.267
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	169.230	0	125.508
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-417.601	0	-482.494
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-61.587	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.159.916	0	2.814.917
3.06	Resultado Financeiro	-1.439.008	0	-807.277
3.06.01	Receitas Financeiras	1.460.015	0	796.406
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.899.023	0	-1.603.683
3.06.02.01	Despesa financeira	-2.899.023	0	-1.603.683
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.720.908	0	2.007.640
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.153	0	-163.950
3.08.01	Corrente	-175.690	0	-752.328
3.08.02	Diferido	125.537	0	588.378
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.670.755	0	1.843.690
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.670.755	0	1.843.690
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7	0	0,08
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,7	0	0,08

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.670.755	0	1.843.690
4.02	Outros Resultados Abrangentes	440	0	-1.031
4.02.01	Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	667	0	-1.562
4.02.02	Tributos diferidos	-227	0	531
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.671.195	0	1.842.659
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.671.195	0	1.842.659

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.429.075	0	8.673.871
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.532.987	0	9.532.716
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	1.720.909	0	2.007.641
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.827.175	0	5.527.012
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	61.587	0	0
6.01.01.04	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	-136.713	0	-88.085
6.01.01.05	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	23.212	0	-284
6.01.01.06	Provisão para processos administrativos e judiciais	247.227	0	333.724
6.01.01.07	Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos	91.681	0	131.253
6.01.01.08	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	759.989	0	166.057
6.01.01.09	Juros sobre passivo de arrendamento	1.333.007	0	910.691
6.01.01.10	Juros sobre arrendamentos	-28.101	0	-10.698
6.01.01.11	Provisão para perdas de crédito esperadas	626.218	0	552.817
6.01.01.12	Opções de compra de ações	6.796	0	2.588
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.103.912	0	-858.845
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-628.272	0	-390.087
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	912.306	0	1.260.949
6.01.02.03	Estoques	-33.565	0	-43.325
6.01.02.04	Despesas antecipadas	164.288	0	20.928
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-603.825	0	203.567
6.01.02.06	Outros ativos	-30.709	0	-111.003
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	40.302	0	53.667
6.01.02.08	Fornecedores	757.628	0	-818.989
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	102.948	0	-320.674
6.01.02.10	Autorizações a pagar	-2.378.796	0	-10.871
6.01.02.11	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-242.598	0	-413.635
6.01.02.12	Receitas diferidas	-49.446	0	-87.188
6.01.02.13	Outros passivos	-114.173	0	-132.606

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	-69.578
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.619.945	0	-5.293.355
6.02.01	Títulos e valores mobiliários	2.375.964	0	-1.428.888
6.02.02	Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações	0	0	21.959
6.02.03	Integralização de Capital FiberCo	0	0	1
6.02.04	Contraprestação na aquisição da Cozani	-6.269.951	0	0
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível	-4.730.433	0	-3.891.306
6.02.06	Recebimento de arrendamento	4.475	0	4.879
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.489.032	0	-3.089.273
6.03.01	Novos empréstimos	1.568.343	0	1.800.000
6.03.02	Amortização de empréstimos	-565.303	0	-1.806.922
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-157.831	0	-72.643
6.03.04	Pagamento de arrendamento	-1.566.344	0	-927.903
6.03.05	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-1.303.953	0	-794.391
6.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	-269.437	0	-134.360
6.03.07	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	4.694	0	0
6.03.08	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	-1.199.201	0	-1.153.054
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.679.902	0	291.243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.228.615	0	2.284.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.548.713	0	2.575.291

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106	0	25.107.106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106	0	25.107.106
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	11.490	29.412	-1.429.412	0	-1.388.510	0	-1.388.510
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.796	0	0	0	6.796	0	6.796
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	4.694	0	0	0	4.694	0	4.694
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.400.000	0	-1.400.000	0	-1.400.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	29.412	-29.412	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.670.755	441	1.671.196	0	1.671.196
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.670.755	0	1.670.755	0	1.670.755
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	441	441	0	441
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	248.916	-241.343	0	7.573	0	7.573
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	241.343	-241.343	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	7.573	0	0	7.573	0	7.573
5.07	Saldos Finais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365	0	25.397.365

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745	0	23.182.745
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745	0	23.182.745
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.603	0	-1.047.500	0	-1.042.897	0	-1.042.897
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.623	0	0	0	4.623	0	4.623
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20	0	0	0	-20	0	-20
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.047.500	0	-1.047.500	0	-1.047.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.957.174	563	2.957.737	0	2.957.737
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.957.174	0	2.957.174	0	2.957.174
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	563	563	0	563
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.919.195	-1.909.674	0	9.521	0	9.521
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.909.674	-1.909.674	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	9.521	0	0	9.521	0	9.521
5.07	Saldos Finais	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106	0	25.107.106

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807	0	22.058.807
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807	0	22.058.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.719	356.192	0	-1.083.000	0	-725.089	0	-725.089
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.425	0	0	0	7.425	0	7.425
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.837	0	0	0	-4.837	0	-4.837
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.083.000	0	-1.083.000	0	-1.083.000
5.04.08	Incorporação de sociedade do Grupo TIM	1.719	353.604	0	0	0	355.323	0	355.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.843.690	-1.031	1.842.659	0	1.842.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.843.690	0	1.843.690	0	1.843.690
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.031	-1.031	0	-1.031
5.05.02.06	Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	0	0	0	0	-1.031	-1.031	0	-1.031
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	767.058	-760.690	0	6.368	0	6.368
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	760.690	-760.690	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	6.368	0	0	6.368	0	6.368
5.07	Saldos Finais	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745	0	23.182.745

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	25.375.925	0	21.249.577
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	26.002.143	0	21.802.394
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-626.218	0	-552.817
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.292.936	0	-5.591.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.482.166	0	-2.641.923
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.810.770	0	-2.949.673
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.082.989	0	15.657.981
7.04	Retenções	-6.827.175	0	-5.527.012
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.827.175	0	-5.527.012
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.255.814	0	10.130.969
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.398.429	0	796.406
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-61.587	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.460.016	0	796.406
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.654.243	0	10.927.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.654.243	0	10.927.375
7.08.01	Pessoal	1.059.802	0	852.093
7.08.01.01	Remuneração Direta	741.769	0	552.749
7.08.01.02	Benefícios	208.513	0	196.124
7.08.01.03	F.G.T.S.	69.252	0	60.722
7.08.01.04	Outros	40.268	0	42.498
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.872.837	0	5.811.993
7.08.02.01	Federais	2.358.409	0	1.906.223
7.08.02.02	Estaduais	3.416.745	0	3.791.380
7.08.02.03	Municipais	97.683	0	114.390
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.050.849	0	2.419.599
7.08.03.01	Juros	2.895.837	0	1.601.595
7.08.03.02	Aluguéis	1.149.225	0	813.175
7.08.03.03	Outras	5.787	0	4.829

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03.01	Investimento social	5.787	0	4.829
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.670.755	0	1.843.690
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.400.000	0	1.083.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	270.755	0	760.690

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2022

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2022, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações operacionais e financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2022, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quinto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Mensagem da Administração

O ano de 2022, foi marcado por duas grandes transformações do setor, das quais a TIM é protagonista: o lançamento da tecnologia 5G e o fim do ciclo de consolidação do mercado de telefonia móvel. Neste contexto, nos destacamos, pois lideramos a implementação da rede 5G nos tornando rapidamente a maior e melhor cobertura em mercados chave como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife. Dentro do processo de M&A, executamos nossa estratégia de integração dos ativos adquiridos da Oi Móvel em excelente ritmo, capturando rapidamente sinergias e criando valor para nossos acionistas e clientes.

Ambiente Externo

Este último ano, apresentou grandes desafios e oportunidades no que tange o ambiente externo a Companhia e ao setor como um todo. Se de um lado, o ambiente político polarizado e de ânimos acirrados devido as eleições majoritárias provocava muito ruído, incerteza e volatilidade. De outro, o que se viu foi uma continuidade no processo de recuperação econômica no pós-pandemia, com vários indicadores macroeconômicos apresentando boa performance como manutenção da baixa taxa de desemprego, redução das pressões inflacionárias e crescimento da economia como um todo.

A TIM, sempre focada na execução de seu plano estratégico, conseguiu navegar bem neste ambiente de altos e baixos, capturando as oportunidades oferecidas e contornando os obstáculos se se colocavam a sua frente.

M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Como citado anteriormente, as grandes transformações setoriais, iniciadas em 2021, ganharam corpo em 2022 com: (i) o lançamento da cobertura 5G nas capitais do país; (ii) o fechamento da transação de compra Oi Móvel e posterior início de integração dos ativos adquiridos; e (iii) início da operação de banda larga sob o modelo *asset-light* após a criação da empresa de infraestrutura de fibra ótica i-Systems.

- I. Lançamos o 5G em julho, começando pela capital federal, Brasília. Em seguida, iniciamos a operação com a nova tecnologia em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro até atingir todas as capitais em novembro de 2022. Lideramos a cobertura 5G no Brasil em quantidade de *sites*, cobrindo mais de 80% da população de alguns mercados chave.
- II. Em abril de 2022, ocorreu o fechamento da transação de compra dos ativos móveis da Oi, onde adquirimos espectro, clientes e contratos para direito de uso de torres. A Companhia declarou que espera gerar aproximadamente entre 9 e 12 bilhões de Reais em valor, já descontando os 7,3 bilhões de Reais do preço de compra. A partir de maio, o trabalho de integração dos ativos começou com foco em três frentes: integração da rede móvel (espectro, equipamentos e *sites*), migração de clientes dos sistemas da Oi para os nossos sistemas e descomissionamento de *sites* com sobreposição.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- III. Após a conclusão da transação com a IHS Brasil em novembro de 2021, foi criada a empresa I-Systems, da qual a TIM detém 49% do capital. Esta passou a ser a nossa provedora da infraestrutura de última milha para o serviço de ultra banda-larga. Ao longo de 2022, nos beneficiamos dessa parceria para acelerar a migração dos clientes da tecnologia baseada em fibra+cobre (*Fiber-To-The-Cabinet*) para a baseada 100% em fibra (*Fiber-To-The-Home*).

Foco na Execução da Estratégia

Com tantas frentes fundamentais para o futuro da TIM e um ambiente externo bem complexo, foi necessário redobrar o foco na execução da estratégia que traçamos e comunicamos ao mercado durante o nosso TIM Brasil Day em maio. Com isso, tivemos grandes conquistas ao longo do ano de 2022: fomos reconhecidos pela excelência no tratamento de reclamações pelo Reclame Aqui; recebemos a certificação *Great Place To Work*; inovamos no lançamento do 5G em parcerias de impacto social com a Gerando Falcões e de impacto de marca como o patrocínio do Rock in Rio; fomos a primeira operadora a cobrir 100% dos municípios do país com serviço de telefonia móvel; nossas políticas de inclusão foram reconhecidas com a liderança no ranking da Refinitiv de empresa de telecom mais diversa no mundo; além de várias outras marca importantes.

No que tange os números, ao longo de 2022, tivemos uma performance destacada. Nossa receita, líquida cresceu próximo a 20% quando comparada a 2021. O EBITDA chegou aos 10 bilhões de Reais crescendo de forma sólida (excluindo os efeitos extraordinários de 2021) dois dígitos. A margem se manteve alta na casa dos 47%. E fechamos o ano com um lucro que ficou próximo a 1,7 bilhão de Reais. Com essa sólida performance foi possível aumentar o patamar de distribuição aos acionistas tendo já anunciado e pago aproximadamente 1,4 bilhão de Reais e propondo outros 600 milhões, ainda referente à 2022, para ser aprovado na próxima assembleia anual.

Conclusão e Perspectivas

A nossa capacidade de manter o foco e executar os planos traçados, nos ajudaram a cumprir com todos os objetivos que tínhamos para 2022, batendo inclusive todas as metas que comunicamos ao mercado.

A expectativa para o ano de 2023 é de consolidação do processo de transformação da TIM e do setor com o término da integração dos ativos comprados da Oi Móvel, a expansão da cobertura do 5G “de verdade” e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades de eficiência e crescimento para TIM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Com um cenário de incertezas, principalmente para um ano de eleições que viriam a ser totalmente polarizadas, o que se confirmou, as expectativas para o ano de 2022 não eram tão positivas para o Brasil.

Apesar das expectativas iniciais, o Brasil contou com uma redução da taxa de desemprego (8,7%¹ no terceiro trimestre do ano), que registrou o menor número desde 2015, continuando uma série de quedas ao longo dos últimos trimestres, impactado pelo processo de imunização em relação a Covid iniciado no ano anterior. Medidas do governo às vésperas de eleições, como a ampliação do Auxílio Brasil, foram fatores que ajudaram no aquecimento da atividade econômica. Desta forma, a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encerrasse o ano em 3,04%, segundo o último relatório FOCUS² do ano, comparado a previsão de crescimento de 0,28% no primeiro relatório FOCUS³ de 2022.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2022 em 5,62%⁴, acima da meta estimada para o ano (3,5%). Entre os fatores que impactaram o resultado, o setor alimentício registrou alta de 11,6%, ante os 7,9% do ano interior, resultado de piores condições climáticas durante o período. Elevações nos preços de commodities, principalmente petróleo, também tiveram peso para que a inflação fosse levada para cima do teto da meta pelo segundo ano consecutivo.

Em 2022 o câmbio apresentou um ano de muita volatilidade, com o Real apresentando uma valorização frente ao dólar em relação ao fechamento do ano anterior. No último fechamento, a moeda americana terminou cotada a R\$5,28, uma redução de 5,2%. Incertezas em relação a inflação americana, fatores externos, como a Guerra entre Rússia e Ucrânia, contribuíram para o cenário de oscilação que a moeda apresentou. Em relação ao Real, a moeda americana apresentou uma máxima de R\$5,68 contra uma mínima de R\$4,60 durante o ano, uma variação de 23,5%, num cenário de incertezas domésticas, riscos fiscais, e muitas discussões sobre, por exemplo, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) de Transição, não permitindo um melhor desempenho da moeda brasileira frente ao dólar. A balança comercial fechou o ano com superávit de US\$62 bilhões, um aumento de 1,6% na comparação com o fechamento de 2021. As exportações fecharam o ano em US\$ 355 bilhões, e tiveram uma variação positiva de 19,3% em relação ao ano de 2021. As importações registraram US\$ 272,7 bilhões, crescimento de 24,3% na comparação anual. Os valores de exportação e importação representam os maiores registros de toda a série histórica.

O cenário internacional foi marcado por muitas incertezas e volatilidade com taxas de inflação altas, capitaneadas pelos preços de commodities, alimentos, e gargalos logísticos e de produção, além de redução nos índices de crescimento do PIB em grande parte dos países. Os Estados Unidos apresentaram uma desaceleração na taxa de inflação para 7,8%, percentual que chegou a registrar 9,1% na máxima do ano, e um crescimento do PIB de 2,1% ante a uma expansão de 5,9% em 2021. A economia na Europa mostra um ritmo de crescimento reduzido, muito impactada pelos efeitos da

1 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

2 Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2022.

3 Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 07 de janeiro de 2022.

4 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

guerra entre Rússia-Ucrânia, tendo afetado o ritmo da retomada da economia pós pandemia. A China sofreu com novos lockdowns por conta da pandemia de Covid, impactando sua atividade econômica, que apresentou uma melhora no terceiro trimestre. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,4% no 3º trimestre. O Fundo Monetário Internacional ("FMI") aponta uma previsão de 3,2%⁵ de crescimento para economia global em 2022.

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

Ao longo de sua trajetória, o setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas muito agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral. Entretanto, nos últimos anos, esta competição tem caminhado mais para questões ligadas a qualidade e atendimento, tornando-se mais racional do ponto de vista de preços. No último ano, é possível afirmar que tivemos um processo de continuidade dessa transição para um novo modelo de competição.

Ao longo do ano de 2022 foi concluído o processo de aquisição dos ativos de operação móvel da Oi Móvel S.A., pela TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A., após serem cumpridas todas as condições precedentes estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). As compradoras, no entanto, iniciaram um Processo Arbitral referente ao Preço de Fechamento Ajustado, após entenderem existir divergências em premissas e critérios de cálculo em alguns termos da operação, ao qual só tiveram acesso após a conclusão da operação. A venda da operação móvel fez parte do Processo de Recuperação Judicial da Oi S.A., que, após 6 anos e meio, foi encerrada pelo Juiz responsável, que entendeu que a Companhia cumpriu todas as obrigações assumidas durante o processo.

Por fim, o ano de 2022 foi marcado pelo início da implementação e expansão da tecnologia 5G no Brasil, que busca atender uma demanda por maiores velocidades de conexão. Nesse contexto a TIM encerrou 2022 tendo implementado a tecnologia 5G em todas as 27 capitais do país, com número de antenas muito superior ao exigido pela ANATEL, fornecendo uma melhor experiência para o usuário.

⁵ Fonte: Fundo Monetário Internacional

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios das telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e desenvolver parcerias em diferentes segmentos, com intuito de continuar gerando valor para clientes, acionistas e parceiros da Companhia. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

Com a atualização do plano estratégico da Companhia, a TIM reforça a busca por um crescimento sustentável do negócio levando em consideração todos os *stakeholders* e objetivando a criação de valor para cada um deles. Neste contexto, o plano desenhado pela Companhia é centrado em estratégias de Evolução do negócio existente com inovações incrementais e iniciativas que melhorem a posição relativa da TIM. Ao mesmo tempo, novas frentes são abertas buscando a Transformação do negócio com mudanças mais disruptivas, entrada em novos mercados e captura de oportunidades que vão além do negócio central da TIM. Dentre as alavancas para alcançar nossa aspiração, listam-se:

- Reconhecimento como a melhor operadora de telefonia móvel do Brasil, focando em melhores serviços e ofertas, levando uma melhor experiência para o cliente;
- Aceleração crescente por meio do novo modelo de *asset-light* em banda larga, tendo foco na migração de clientes *FTTC* para *FTTH*, além de expandir sua presença por meio de parcerias;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Ampliação da nossa presença na área de tecnologia *B2B/IoT*, com movimentos estratégicos que pretendem captar o crescimento esperado do mercado e buscando oportunidades, especialmente no 5G;
- Expansão do portfólio de nossas parcerias estratégicas para acelerar nossa captura de valor, linha na qual a TIM já possui parcerias com líderes de setores e mantém a busca por oportunidades de negócios; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os pilares estratégicos estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso *core* e na construção do futuro da companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos, que a partir de julho de 2022 passou a se chamar Pessoas, Cultura e Organização (*People, Culture & Organization*), está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar a evolução da Companhia, alinhadas às transformações tecnológicas e desafios de negócio, ao compromisso com a sustentabilidade e à valorização da diversidade e inclusão. Além de buscar sempre a evolução do modelo de trabalho, a construção de ecossistemas para o contínuo desenvolvimento das competências, da promoção do cuidado e do bem-estar para as nossas colaboradoras e colaboradores, em todas as dimensões.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora e da experiência do colaborador.

Em 2022, tivemos uma adesão de (96%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2022 foi 86%(+3pp), colocando a TIM 14p.p. acima do Mercado de Telecom Global e 11p.p. acima do Mercado Geral da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Em 2022 apresentamos crescimento em todas as 9 dimensões da pesquisa, com destaque para Recompensa Justa (+8pp) e Ambiente Saudável (+5pp), que se encontram na classificação entre as Melhores Práticas de acordo com a favorabilidade atingida. Dentre as questões com maior crescimento, destacam-se as relacionadas aos Benefícios oferecidos (+19pp), Reconhecimento (+9pp) e Vida balanceada (+7pp), em coerência com o plano de ações implementadas em 2022, como o lançamento do programa Conexão Bem +Estar, a evolução dos planos de saúde, entre outras iniciativas.

Cultura de integridade permanece como a dimensão de maior reconhecimento, chegando a 90% de favorabilidade, com crescimento de +2pp e a 1pp para se classificar no mercado de Melhores Práticas. Destaque para a promoção de um ambiente inclusivo (96% | +1pp) e ambiente livre de assédio de discriminação (94% | +3pp), corroborando o foco em Diversidade & Inclusão e no fortalecimento do Canal de Denúncias.

Em 2023, daremos continuidade às ações estruturadas para o bem-estar dos colaboradores e para a prontidão para mudanças, por meio de ações que favoreçam a agilidade organizacional, a fim de manter o cuidado com as pessoas e a busca pela inovação.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2022 com 9.406 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aproximadamente 68,3% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,4% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 237 estagiários e 141 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Em 2022, a TIM mais uma vez evoluiu nas práticas de desenvolvimento de pessoas, com foco em digitalização, customização e inclusão.

Por meio de pesquisas, benchmarking e debates com stakeholders internos, evoluímos o processo de gestão de desempenho para agregar ainda mais valor aos nossos colaboradores. Ao longo de 2022, foram lançados três ciclos de avaliação, envolvendo mais de 5.600 pessoas.

Em julho, lançamos a primeira avaliação de pares/clientes por projetos, abrindo o ciclo de 2022 com melhorias na experiência de nossos clientes internos.

No final de 2022, avançamos mais nas melhorias, trazendo novos elementos além das competências para garantir uma visão mais abrangente das pessoas: motivação e reputação social. Em 2 anos, passamos de um processo que reforçava uma cultura avaliativa, para a construção de uma cultura de desenvolvimento e *feedforward*, com um processo 100% customizado, focado e ágil. Em nossa estratégia de desenvolvimento de pessoas, utilizamos as mesmas premissas: customização e valor agregado. Todas as práticas de aprendizagem e os programas de desenvolvimento são baseados na estratégia da TIM, nas prioridades do negócio e na evolução das áreas e competências das pessoas.

Para o desenvolvimento de lideranças, por exemplo, foram lançadas novas edições dos programas E-Coaching e Mentoria *Intercompany*, atingindo mais de 270 líderes.

No programa E-Coaching, cerca de 85 líderes de primeira gestão vivenciaram um percurso digital de short-coaching de 5 sessões com um coach certificado e/ou pela ICF (*International Coaching Federation*), com o objetivo de acelerarem o seu crescimento e enfrentarem os seus desafios de gestão. Até agora, mais de 340 líderes participaram deste programa desde 2020.

Outro programa de relevância foi a Mentoria *Intercompany*, em parceria com a iniciativa “Mulheres Positivas”. Neste programa, 193 mulheres líderes de 23 empresas diferentes participaram da terceira onda dessa iniciativa inovadora, com o objetivo de promover reflexões, despertando o empoderamento e acelerando o desenvolvimento da carreira de mulheres.

Para a Gestão de Talentos, evoluímos no desenho de um novo modelo que segmenta a empresa em 4 grandes clusters: Talentos Estratégicos, Talentos de Liderança, Talentos Profissionais e Talentos de Conhecimento Crítico.

Para a alta liderança, continuamos mapeando os executivos que garantirão a perenidade do negócio no longo prazo. Mais uma onda de um *Top Executive Assessment* em parceria com uma consultoria externa de *Leadership Advisory*, nos ajudou a mapear e acelerar o desenvolvimento dos altos executivos que alimentarão o plano de sucessão da empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para a média gestão e talentos profissionais, um novo ciclo de mapeamento está previsto para 2023 e nos ajudará a ter visibilidade das pessoas chave que alimentarão os pipelines e farão a diferença nas áreas.

Para os talentos de conhecimento crítico, mais de 300 pessoas que atuam nas *New Capabilities* foram mapeadas este ano. Para elas, foram priorizadas ações de retenção, reconhecimento e educação, contribuindo para a diminuição do *turnover* deste grupo.

No olhar das iniciativas de educação e aprendizagem, em 2022, a estratégia e o foco da TIM foi apoiar a evolução e a transformação do negócio a partir do desenvolvimento de novas competências por meio de programas de *upskilling/ reskilling*.

Para dar suporte e evoluir com o processo de **Aprendizagem Digital** reformulamos o **Modelo de Educação da TIM Brasil** e lançamos o **TIM + Conhecimento**, nosso *Hub* de Aprendizagem que consolida jornadas individuais e coletivas para aprendizagem dos colaboradores em temas estratégicos do negócio, tais como mentalidade e competências digitais, inovação, governança, experiência do cliente, gerenciamento de mudanças, entre outras. Desde o lançamento, nosso portal alcançou 93 mil acessos.

O TIM + Conhecimento é composto por três frentes: **Você + TIM**, que agrega tudo o que um colaborador precisa saber sobre a nossa TIM: informações sobre a organização, estratégia e evolução do nosso negócio, compromissos ESG, valores e diretrizes; **Você na Frente**, que agrega tudo o que um colaborador precisa para ser o profissional do futuro e alavancar o desenvolvimento de sua carreira; **Você + TECH**, que agrega tudo o que um colaborador precisa para desenvolver as competências necessárias e atuar com excelência técnica em sua área, promovendo a aceleração digital.

Além disso, fortalecemos o **Plural**, programa de multiplicação interna que tem como objetivo apoiar o processo de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais para o negócio. O programa proporciona o **protagonismo** dos colaboradores multiplicadores na **criação de conteúdos** e conecta as pessoas em uma rede de aprendizado onde o compartilhamento de conhecimento acontece de maneira estratégica, democrática, customizada e flexível em temas como *Cloud, Agile, Data Strategy, CX, Digital Capabilities, Society Evolution, Digital Mindset*, Institucional, Técnica e Ferramentas, entre outros. Através de um programa de reconhecimento os multiplicadores podem pontuar e trocar seus pontos por ações educacionais e benefícios, valorizando assim sua contribuição para o negócio em compartilhar o seu conhecimento e apoiando na retenção desses especialistas na companhia.

A TIM também ofereceu iniciativas transversais como:

- **Novo Modelo de Trabalho:** a TIM formalizou o processo para permitir a contínua atualização dos modelos alternativos de trabalho em ótica de flexibilidade e em linha com as inovações do mercado, transformações no mundo do trabalho e promoção da qualidade de vida. Contando com os seguintes modelos: regime de trabalho presencial (in situ), trabalho externo de campo(off-site), teletrabalho e trabalho em modelo híbrido (flex office/modelo remoto). Para o trabalho em modelo híbrido (flex office/modelo remoto), define-se como atual padrão da empresa, adotado nas atividades administrativas de escritórios, o modelo de 3 dias de trabalho presencial e 2 remotos, permitindo aos(as) colaboradores(as) optar voluntariamente por realizar 2 dias de trabalho presencial e 3 dias de trabalho remoto

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

por semana, conforme necessidade estipulada pela área. Os(as) colaboradores(as) de áreas com tipologia de atividade/função específica previamente identificadas pela companhia poderão exercer sua opção de flexibilização voluntária e realizar 1 dia semanal de trabalho presencial e 4 remotos ou 5 dias remotos, em linha com a mencionada tipologia e conforme necessidade estipulada pela área (alinhamento com gestão). Este tema conta com gerente de projeto dedicado na diretoria para atuar na contínua evolução do modelo.

- **TIM Talks:** Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM. A partir de 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. Nosso propósito, em 2022, foi alavancar a NEXT GENERATION TIM e nos posicionar cada vez mais como protagonistas da evolução digital da sociedade, conectando e explorando todos os seus grandes desafios declarados ao mercado. O evento começou em agosto com uma cerimônia de abertura e se estendeu até o final de novembro por meio de uma série de debates que focaram em temas estratégicos para o setor, como ESG, Tecnologia, Experiência do Cliente, Ecossistema de Negócios e Transformação, um Novo Modelo de Trabalho. Tivemos um total de 8 painéis, que contaram com a participação de importantes stakeholders, que foram referências nos temas abordados. Todos os painéis foram 100% transmitidos no canal da TIM no YouTube, aberto a toda a sociedade, reforçando nosso compromisso com a democratização do conhecimento e inclusão com mais de 4,5 mil participações ao vivo e mais de **99 mil visualizações pós-evento**.

TIM também desenvolveu/ sustentou as jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas com base nas diferentes necessidades relacionadas à atividade. Ao todo foram **11 jornadas lançadas** com mais de **840 pessoas impactadas** nas diversas áreas do negócio.

4.3. Ecossistema de Inovação e Atração de Talentos

Com base no plano estratégico e nas metas de inovação, a TIM reforçou o posicionamento de marca no ecossistema de inovação e lançou iniciativas para promover o desenvolvimento de competências digitais e habilidades tecnológicas das pessoas da sociedade, melhorar a atração de talentos e aumentar a eficácia na aquisição profissionais.

Para qualificar profissionais de tecnologia, estabelecemos parcerias com *big techs*, institutos de inovação e universidades para desenvolver programas relevantes de educação e empregabilidade. Também intensificamos as estratégias de atração de talentos voltadas para profissionais aderentes às *new capabilities*, potencializando nossa marca empregadora no mercado de tecnologia.

Como parte dessa estratégia, a TIM fez parceria com *big techs*, como Google Cloud e Microsoft, para estimular e desenvolver capacitação em tecnologia, oferecer cursos profissionalizantes gratuitos e atrair pessoas qualificadas para nossa equipe. Também oferecemos uma jornada de conhecimentos técnico para estudantes e pesquisadoras do 5Girls, projeto da UFF (Universidade Federal Fluminense) que incentiva o estudo da tecnologia 5G e a participação de mulheres em carreiras tecnológicas.

Participamos ainda dos mais importantes eventos e feiras de inovação, onde apresentamos nossa empresa e cases de tecnologia e disponibilizamos vagas para aplicação. No Hacking Rio, maior hackathon da América Latina com mais de 1.700 inscritos, realizamos palestra e um desafio sobre

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

o futuro do 5G, que ficou entre os 10 finalistas da maratona. Na Sci Biz Conference, importante conferência global de ciência e negócios, a TIM ofereceu experiências 5G e promoveu conferências sobre a tecnologia, além de computação em nuvem, agro e ciência de dados.

Além disso, realizamos *roadshows* e palestras em 10 universidades para mais de 890 alunos, compartilhando conhecimentos técnicos alinhados às dicas de negócios e carreira da TIM, convertendo 40% dos alunos ao site do Programa de Estágio.

Nossos programas de Estágio e Jovem Aprendiz são a grande porta de entrada para potenciais talentos na TIM:

Programa de Estágio: Em setembro de 2022 lançamos mais uma onda do Programa de Estágio TIM para contratação de talentos para diversas áreas, principalmente em atividades relacionadas a novas competências e evolução do negócio para o desenvolvimento de competências digitais. Por meio de ações promocionais nas redes sociais e relacionamento com Universidades, atingimos 11.970 inscritos para 86 vagas. O processo de recrutamento foi baseado em uma experiência interativa com business case *gamificado*, onde os candidatos puderam conhecer mais sobre a TIM e sobre a tecnologia 5G. O programa de estágio mantém sua característica de fortalecer a cultura de diversidade e inclusão da TIM. Este ano tivemos o desafio de atrair e contratar mulheres para 50% das vagas de tecnologia e atingimos 61%. No geral, atingimos 63% das mulheres selecionadas e, também, reforçamos o compromisso da TIM com o pilar racial, alcançando 54% das pessoas negras. Durante o programa, os estagiários têm uma jornada de desenvolvimento diversificada e personalizada, com cursos online, mentoria, *job rotation* e desafios de negócios, para que possam exercitar e evoluir competências que os ajudarão a alcançar novos resultados.

Programa Jovem Aprendiz: em 2022, tivemos 8.748 inscritos nas oportunidades de Jovem Aprendiz da TIM. Contratamos 147 pessoas entre 18 e 24 anos, em todo o país, que iniciaram sua carreira profissional na TIM. O programa tem forte impacto social e é voltado principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social, sendo que 65% desses novos aprendizes são negros. A jornada desse grupo tem teoria e prática, com vagas disponíveis em áreas administrativas, lojas e *call centers*. Durante a jornada de desenvolvimento, os aprendizes têm a oportunidade de aprender as habilidades básicas que os ajudarão a iniciar sua carreira profissional e se preparar para desafios futuros.

Nas práticas de recrutamento, em 2022 melhoramos a forma de divulgação das nossas oportunidades de trabalho para um formato alinhado às práticas de mercado, utilizando melhores descrições de cargos, de requisitos e responsabilidades. Além disso, também passamos a dar visibilidade aos candidatos de todos os benefícios que compõem o programa Conecta Bem+Estar da TIM, proporcionando transparência, atratividade e engajamento para as oportunidades. Essas melhorias se refletem em mais de 2,7 milhões de visualizações de nossas oportunidades nas plataformas de atração de talentos (LinkedIn, Vagas.com e Success Factors). Acompanhando a evolução dos processos de Recrutamento, iniciamos também o Projeto de implantação de um novo ATS (*Applicant Tracking System*), viabilizando ferramentas mais inteligentes baseadas em dados e inteligência artificial para aumentar a agilidade e assertividade nos processos de recrutamento, além de proporcionar uma experiência mais positiva para os candidatos durante a jornada de Recrutamento e Seleção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.4. Diversidade e Cultura Inclusiva

Desde a criação (em 2019) de uma área dedicada à Diversidade e Inclusão (D&I), a TIM mantém seus esforços para disseminar uma **cultura** de respeito e inclusão na empresa e na sociedade brasileira, de acordo com seu plano estratégico de Diversidade e Inclusão e com o Plano Empresarial ESG. Dessa forma, a empresa cria um ambiente de trabalho saudável e ganha vantagem competitiva no mercado.

Em linha com nossas estratégias de Diversidade e Inclusão, investimos na contratação de pessoas com deficiência, atingindo 62% da Cota Legal Brasileira até agosto de 2022, e desenvolvemos ações para contratação de grupos minorizados como pessoas transgênero, mulheres, pessoas negras e a partir de 45 anos.

Em 2022, mantivemos os nossos **5 pilares de D&I** (Gênero, Orientação sexual e identidade de gênero, Raça/Etnia, Gerações, Pessoas com Deficiência) e mudamos o nome e a atuação da nossa área de *People Caring & Inclusion Management* para *Ecosystem & Inclusion*.

Além disso, implementamos o Programa **Respeito Gera Respeito**, que tem como objetivo combater a violência, o bullying e todo tipo de assédio, estabelecer uma cultura mais inclusiva em nossa empresa e na sociedade por meio de treinamentos e *lives* mensais a todos os colaboradores, incluindo *C-level* e alta liderança, uma nova política de assédio, revisão de nossos processos, parceria com o Instituto Avon – empresa que desenvolveu o Angela, *chatbot* do WhatsApp que ajuda mulheres brasileiras em situação de violência – e a adesão à Coalizão Empresarial Pelo Fim da Violência Contra Mulheres e Meninas, importante movimento empresarial que luta contra a violência de gênero.

Como resultado de nosso esforço contínuo, em 2022 a TIM foi reconhecida com diversos **prêmios e rankings de diversidade**:

- **Índice Refinitiv:** 10ª Empresa do Mundo considerando o mercado global e, pelo segundo ano consecutivo, 1ª empresa no Brasil e 1ª Empresa de Telecomunicações no Mundo pelo Refinitiv Index, um dos mais importantes índices de D&I em nível global.
- **Índice TEVA:** 21ª empresa no índice *Women on Board* e 14ª empresa no índice *Women in Leadership* do TEVA, índice nacional que estuda a representatividade feminina na liderança de empresas brasileiras.
- **Bloomberg:** Uma das 13 empresas brasileiras reconhecidas no Índice de Igualdade de Gênero (GEI), da Bloomberg. A pontuação média entre as 418 empresas reconhecidas foi de 71%, e a TIM obteve 80,29%.
- **WoB:** Reconhecimento da *Women on Board* (Wob), iniciativa brasileira que certifica empresas que possuem pelo menos duas mulheres em seus conselhos. TIM Brasil, além de ser reconhecida pelo WoB, tem 30% de mulheres em seu board.
- Uma das 5 empresas mais sustentáveis da América Latina pelo **Latin Trade IndexAmericas Sustainability Award**.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Selo Paulista da Diversidade:** Reconhecimento no Selo Paulista da Diversidade, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que reconhece empresas brasileiras comprometidas com a inclusão.
- **Ethos:** Uma das 72 empresas reconhecidas na Pesquisa de Diversidade e Inclusão, iniciativa do Instituto Ethos e Época Negócios que reconhece empresas brasileiras comprometidas com a inclusão.
- **Reconhecimento como RH Inovador:** Iniciativa da *Think Work* que reconhece as empresas com os projetos mais inovadores em RH.
- **Prêmio Diversidade em Prática:** reconhecimento do Prêmio Diversidade em Prática, iniciativa da Blend Edu que reconhece empresas brasileiras comprometidas com a inclusão. A TIM foi reconhecida na categoria “Representatividade”, por conta dos seguintes programas: Mulheres Positivas (gênero), Programas de Estágio e Jovem Aprendiz (gênero e raça), Transforma TIM (LGBTI+), TIM 50+ (gerações) e *Crash Program* (PCD).

Além disso, ao longo de 2022 e em conjunto com os nossos Grupos de Afinidades, outras iniciativas/ações foram desenvolvidas:

- **Campanhas educativas e de comunicação** foram desenvolvidas em alinhamento com o **calendário anual de Diversidade & Inclusão**.
- Nosso formato D&I Talks, “**TIM Convida**”, segue promovendo uma série de eventos digitais, abertos a toda a sociedade com o objetivo de discutir temas atuais e principais relacionados a D&I, envolvendo importantes palestrantes e convidados. Até o momento, os eventos de 2022 **registraram mais de 28 mil visualizações no YouTube da TIM Brasil**.
- Além disso, a TIM continua participando de **alguns dos mais importantes movimentos do ecossistema de D&I**: ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero, com foco na população negra; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, com foco na comunidade LGBTI+, Fórum de Gerações, com foco em pessoas a partir de 45 anos e Rede Empresarial de Inclusão Social (REIS), com foco em PCD

Falando sobre empregabilidade, a TIM também deu continuidade ao chamado “**Chama pro TIME**”, focado em grupos minorizados, onde todos os colaboradores são convidados a indicar candidatos desses públicos, e patrocinou eventos para empregabilidade de grupos minorizados, como Afro Presença, com foco na inclusão de estudantes negros no mercado de trabalho e promovido pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Pacto Global da ONU; Potências Negras Mulheres, com foco na inclusão de mulheres negras em áreas tecnológicas; Feira Diversa para inclusão de pessoas LGBTI+ no mercado.

4.5. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo, “Plano 2014-2016”, “Plano 2018-2020” e “Plano 2021-2023”, respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

O Plano 2014-2016 trata da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2014-2016 pressupõe o atingimento de metas que pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: *Total Shareholder Return*) e indicadores ESG - *Enviromental, Social & Governance* (exemplo: % de mulheres em posição de liderança e ecoefficiency), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções do Plano 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Os Planos vigentes possuem uma cláusula de *Clow Back* (Recuperação) em que se considera a devolução do pagamento, total ou parcial, obtido como efeito de comportamento fraudulento, má conduta atribuível e/ou erro, sem o qual o objetivo não teria sido atingido ou teria sido atingido em menor nível. Essa cláusula pode ser invocada nos três anos seguintes à transferência de ações ou pagamento em dinheiro.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4.5.1. Opção de Ações Ciclo 2014-2016**

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	8.965.119	-4.033.572	-4.931.547	0
1ª Concessão	1.687.686	-129.643	-1.558.043	0
2ª Concessão	3.355.229	-1.709.149	-1.646.080	0
3ª Concessão	3.922.204	-2.194.780	-1.727.424	0

4.5.2. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Pagas em Dinheiro	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	2.576.648	-1.671.857	-633.516	-10.435	260.840
1ª Concessão	849.932	-376.859	-473.073	0	0
2ª Concessão	930.662	-836.3968	-86.424	-7.842	0
3ª Concessão	796.054	-458.602	-74.019	-2.593	260.840

4.5.3. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Pagas em Dinheiro	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	4.659.322	-1.043.059	-406.080	-2.883	3.207.300
1ª Concessão	3.431.610	1.043.059	-361.515	-2.883	2.024.153
2ª Concessão	1.227.712	0	-44.565	0	1.183.147
3ª Concessão	0	0	0	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia, e ao longo de 2022, a TIM reafirmou seu compromisso de investir buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM manteve o projeto de ampliação dos *Biosites*, chegando ao final de 2022 com 1.829 *biosites* ativos. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, se tornando a primeira operadora a cobrir 100% da população urbana brasileira, com presença em 5.570 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2022, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. A TIM reforça sua também sua expansão do 5G, já chegando a cobrir todas as capitais do país. A Companhia tem levado também a mesma tecnologia da cidade para o campo, sendo a empresa **líder no segmento do agronegócio, com 12 milhões de hectares cobertos com o 4G.**

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.922 cidades em 2022;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 4.515 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 5.282 cidades;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
<i>R\$ milhões</i>			
Cidades 4G	5.370	4.715	13,9%
das quais 700 Mhz habilitadas	4.515	3.975	13,6%
das quais VoLTE habilitadas	5.282	4.700	12,4%
População Urbana Coberta (4G)	99%	98%	1,2p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	95%	94%	1,5p.p.
das quais VoLTE habilitadas	99%	97%	1,6p.p.
Cidades 5G	27	-	n.a.
Cidades 4.5G	1.922	1.712	12,3%
Cidades 3G	4.132	4.022	2,7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	94%	0,4p.p.
Biosites	1.829	1.766	3,6%
Sky Coverage (nº sites)	1.566	924	69,5%
Massive MIMO (nº sites)	2.621	2.306	13,7%
Homes passed**	6.060	5.660	7,1%
FTTH	4.488	3.453	30,0%
FTTC	3.021	2.968	1,8%
Cidades Cobertas com Banda Larga*	42	37	13,5%
FTTH	41	35	17,1%
FTTC	5	5	-
FTTCity (nº cidades)	1.398	1.231	13,6%

A cobertura na banda larga fixa atingiu, em 2022, um total de 4,5 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC finalizou o ano com 3,0 milhões. Isso representa um total de 6,1 milhões de *homes passed* em 41 cidades.

5.2. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

Graças a um aumento substancial em termos de alcance e disponibilidade do 5G, **a TIM levou dois prêmios da Opensignal** selo global independente em análise da experiência móvel dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

consumidores. No estudo realizado, os **usuários de 5G** que participaram da análise **mantiveram-se conectados aos serviços 5G na rede da TIM 11,4% do tempo** – um aumento relevante de **aproximadamente 10 pontos percentuais** em comparação ao relatório anterior.

A TIM também registrou um crescimento de 7x em sua pontuação de alcance 5G – de 0,5 pontos no relatório anterior para 3,4 pontos agora em uma escala de 10 pontos. Essa pontuação significa que os usuários se conectaram aos serviços 5G em mais de 3 a cada 10 locais que visitaram. Esses dois reconhecimentos, **melhor “disponibilidade 5G” e melhor “alcance 5G”** apenas confirmam o compromisso da Companhia de entregar sempre o melhor serviço a seus clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Desempenho Operacional

6.1. Desempenho da TIM

O ano de 2022 foi marcado pela incorporação dos clientes adquiridos da Oi Móvel e, com isso, **ao final do 4T22 a TIM somou 62,5 milhões de acessos móveis**, gerando um aumento de 20,0% A/A frente o 4T21 (atingindo um *market share* de 24,8%). **A migração efetiva desses clientes oriundos da Oi, que se iniciou em agosto de 2022, somou, ao final de janeiro de 2023, um total de 8,7 milhões de clientes migrados**, sendo 7,8 milhões no Pré-pago e mais de 900 mil no Pós-pago⁶. A previsão de conclusão do processo é em abril de 2023. Já a integração e posterior desconexão de clientes inativos oriundos da Oi Móvel na base da TIM impactou ambos os segmentos Pós-pago e Pré-pago. No trimestre, desconectamos 1,4 milhões de clientes Pós-pago e 3,7 milhões de clientes Pré-pago inativos que vieram da Oi.

O **Pós-pago Humano (ex-M2M) fechou o ano com uma base de 22,9 milhões de acessos**, um crescimento de 21,4% na comparação anual. A base de clientes M2M encerrou 2022 com um total de 4,3 milhões de acessos (+8,6% A/A)

No **pré-pago, a TIM fechou o ano de 2022 totalizando 35,2 milhões de acessos**, um crescimento de 20,7% em relação ao fechamento de 2021.

6.2. Segmento Fixo

A TIM Live, 6 vezes eleita melhor banda larga do Brasil pelo Estadão, agora se chama **TIM UltraFibra**. A mudança da marca acompanha a estratégia da Companhia de focar na expansão da fibra óptica para mais cidades, levando a qualidade diferenciada do serviço da TIM para novas regiões e proporcionando maiores velocidades para os clientes.

No total de usuários, ao final do ano, a **TIM UltraFibra apresentou 716 mil conexões, sustentando seu ritmo de crescimento (+4,6% A/A)**. No trimestre, **a base de FTTH manteve sua expansão, atingindo um aumento de 37,5% frente ao ano anterior**. A transição para a fibra se manteve constante ao longo do ano e os **planos de maior valor, com velocidades superiores a 100 Mbps**, seguiram ganhando relevância no portfólio da banda larga (representando 77% de toda base). Outro destaque positivo foi *churn* voluntário que segue em queda (-1,5 p.p. A/A no trimestre).

⁶ A classificação da base entre os segmentos Pré-pago e Pós-pago é gerencial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. Desempenho Financeiro

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
R\$ milhões			
Receita Líquida	21.531	18.058	19,2%
Receita de Serviços	20.829	17.497	19,0%
Serviço Móvel	19.594	16.349	19,8%
Gerada pelo Cliente	18.002	14.843	21,3%
Interconexão	450	533	-15,6%
Plataforma de Clientes*	188	119	57,4%
Outras Receitas	954	853	11,8%
Serviço Fixo	1.234	1.147	7,6%
dos quais TIM UltraFibra	797	720	10,7%
Receita de Produtos	702	561	25,0%

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel.

Ao final de 2022, a **Receita Líquida Total** atingiu **R\$ 21.531**, ante **R\$ 18.058** em 2021, um **crescimento de 19,2% A/A**, resultado atingido a partir da contribuição de todas as principais linhas: (i) Receita de Serviços Móveis (+19,8% A/A) que teve como motores a aquisição dos ativos móveis da Oi e a estratégia da Companhia de monetizar a sua base de clientes; (ii) Receita de Serviço Fixo (+7,6% A/A), tendo como principal motor a expansão consistente da TIM UltraFibra (antiga TIM Live) (+10,7% A/A); e (iii) Receita de produtos (+25,0% A/A), que apresentou forte resultado positivo devido a um melhor mix na venda de produtos e aos sucessos das parcerias e campanhas realizadas ao longo do ano.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A **Receita do Serviço Móvel (RSM)** apresentou um **crescimento de 19,8%, A/A** atingindo **R\$ 19.594 milhões** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O ARPU atingiu R\$26,1 no ano de 2022, representando uma queda de -1,0%, impactada pela adição dos clientes oriundos da Oi, que possuíam um ticket médio inferior.

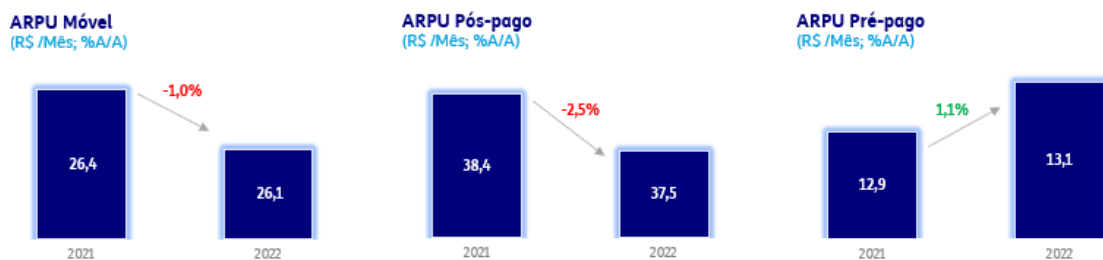
Detalhando o desempenho de cada segmento móvel em 2022:

- (i) **A Receita do Pré-Pago** obteve uma **expansão de 21,3% A/A**, tal desempenho deve-se a: (i) receita adicional com os usuários adquiridos da Oi; (ii) mudanças nas ofertas e na tarifação implementadas durante o ano; e (iii) auxílio emergencial do governo. Esses dois últimos contribuíram para o aumento do consumo dos clientes, que foi parcialmente afetado pelos efeitos de canibalização gerados pelos ajustes realizados nos planos em decorrência das reduções de alíquota de ICMS no país. **O ARPU do Pré-pago** atingiu **R\$ 13,1** (**crescimento de 1,1% A/A**),

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

refletindo o efeito diluidor dos clientes vindos da Oi que apresentam um ARPU menor que os originalmente da TIM.

- (ii) **A Receita do Pós-Pago atingiu um crescimento de 19,4% A/A**, explicado pelos seguintes fatores: (i) receitas adicionais geradas pela incorporação dos clientes da Oi; (ii) efeito líquido entre os reajustes de preços aplicados no primeiro semestre e o já esperado impacto na retenção de clientes insatisfeitos com a nova precificação; e (iii) redução dos preços em função da redução das alíquotas de ICMS. O ARPU do clientes pós-pagos atingiu o patamar de R\$ 37,5 (-2,5% A/A), também impactado pelo efeito diluidor ocasionado pela chegada dos clientes da Oi que tem um ARPU mais baixo.



A Receita de Interconexão (ITX) apresentou redução de 15,6% A/A, como efeito da redução do tráfego entrante no período. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços foi de 1,9% em 2022.

A Receita de Plataforma de Clientes, acumulou 188 milhões, representando um aumento de 57,4% na comparação anual, com contribuição das iniciativas de *mobile advertising* e das parcerias de serviços digitais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 11,8% A/A, explicado pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e *swap* de rede, refletindo a estratégia da Companhia na ampliação da infraestrutura de transporte de fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência da alocação de capital (Capex e Opex)

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 1.234 milhões, alta de 7,6% A/A, com **as receitas vindas da TIM UltraFibra (antiga TIM Live) sendo o grande motor dessa performance.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O crescimento da TIM UltraFibra, principal linha de receita do fixo, foi de 10,7% A/A, apresentando um ARPU de R\$ 95,0 no quarto trimestre (+4,3% A/A). O desempenho deve-se às seguintes estratégias: (i) contínua migração da base de FTTC para o FTTH, com foco na retenção dos clientes a partir da melhoria de percepção de qualidade; e (ii) rentabilização do cliente através de um portfólio de serviços mais atrativo para os usuários e de maior valor agregado para a Companhia – em dezembro, **77% dos clientes da base estavam em planos iguais ou acima de 100 Mbps**.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
R\$ milhões			
Custos e Despesas da Operação	(11.482)	(8.599)	33,5%
Pessoal	(1.278)	(1.126)	13,5%
Comercialização	(3.891)	(3.135)	24,1%
Rede e Interconexão	(3.660)	(2.802)	30,6%
Gerais e Administrativos	(907)	(758)	19,7%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(871)	(731)	19,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(626)	(545)	15,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(248)	498	n.a.

Os **Custos e Despesas Operacionais** atingiram R\$ 11.482 milhões em 2022, aumento de 33,5% A/A, devido a uma base comparativa afetada pelo ganho extraordinário gerado na venda de participação de 51% da empresa I-Systems⁷ ocorrida em novembro de 2021 que foi registrada reduzindo os custos em cerca de R\$ 780 milhões.

Excluindo o impacto relacionado ao efeito não recorrente citado acima, o Opex foi afetado, principalmente, por: (i) custos adicionais incorporados após a conclusão da transação de aquisição da Oi Móvel, como 8 meses de TSA – Temporary Service Agreement⁸, além de gastos atrelados a uma base de clientes e infraestrutura maiores; e (ii) pelas despesas de aluguel da I-Systems.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:

A linha de **Pessoal** alcançou R\$ 1.278 milhões em 2022, apresentando uma alta de 13,5% na comparação anual. Essa conta foi impactada por: (i) efeitos inflacionários sobre salários, bonificações e incentivos – porém, esse impacto se dá em menor medida visto que em 2021

⁷ I-Systems foi criada em sociedade com a IHS Brasil em novembro de 2021 como uma provedora aberta de infraestrutura de fibra ótica. A transação envolveu a venda de 51% de participação para o novo sócio mediante o pagamento de R\$ 1,1 bilhão para TIM e um aporte de R\$ 600 milhões ao caixa da I-Systems.

⁸ O *Temporary Service Agreement* ("TSA") é um contrato temporário para fornecer gestão da base de assinantes e serviços de manutenção do NOC ("Network Operations Center"), no âmbito da aquisição dos ativos móveis da Oi. O TSA tem uma duração de 12 meses e foi ajustado para desconsiderar serviços relacionados as recargas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

os níveis inflacionários já estavam em patamares elevados; e (ii) pelos efeitos relativos à provisão da participação dos colaboradores nos resultados da Companhia.

O grupo Comercialização, foi um dos que mais tiveram impacto com a aquisição dos ativos móveis da Oi, com alta de 24,1% A/A. Tal performance reflete: (i) o aumento dos gastos relacionados a administração da base de clientes (faturamento, cobrança e atendimento) e de despesas com “Fistel de Instalação” (TFI), ambos decorrentes da adesão de novos clientes migrados da Oi; (ii) os custos do TSA com a Oi (R\$ 193 milhões); e (iii) maiores gastos com publicidade, refletindo novas ações de marketing em face do lançamento do 5G, das boas-vindas a clientes da Oi, da conquista da liderança de cobertura e das tradicionais campanhas sazonais do 4º trimestre.

Em 2022, o crescimento da linha de **Rede e Interconexão atingiu +30,6% A/A**, tendo como principais fatores: (i) maiores custos referentes ao aluguel de infraestrutura, após transação na qual a TIM passou a alugar a última-milha em fibra da sua coligada I-Systems; (ii) maiores despesas relacionadas aos *sites* adquiridos na transação com a Oi; (iii) maiores despesas com provedores de conteúdo de VAS; e (iv) gastos com serviços de terceiros ligados a gestão da rede.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) apresentaram um crescimento de 19,7%, em relação a 2021, totalizando R\$ 907 milhões. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores gastos relacionados a integração sistêmica dos novos clientes vindos da Oi na estrutura da TIM; e (ii) maiores despesas com o projeto *Journey to Cloud* (migração da infraestrutura de TI para a nuvem).

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) somaram de R\$ 871 milhões, com alta de 19,1% A/A, acompanhando a dinâmica da receita de aparelhos. Esta dinâmica refletiu uma maior participação nas vendas de aparelhos de elevado valor e um melhor desempenho de vendas de aparelhos em função das ofertas de Black Friday e Natal.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) fecharam 2022 em R\$ 626 milhões, alta de 15,0% na comparação anual. A linha continua a sofrer o impacto de uma maior base de receita exposta a inadimplência, com o aumento da base pós-paga, em função da incorporação dos clientes vindos da Oi. Apesar desses elementos, **o percentual da PDD sobre Receita Bruta foi de 2,1% no ano, demonstrando a eficiência da Companhia na estratégia de aquisição de clientes, na cobrança e recuperação dos valores devidos.**

Outras Receitas (Despesas) Operacionais totalizaram R\$ 248 milhões de despesas, invertendo o sinal dessa linha quando comparada ao ano de 2021. Esta movimentação é explicada pelo ganho extraordinário registrado no 4T21, oriunda da venda do controle da empresa I-Systems por R\$ 782,2 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
<i>(R\$ milhões)</i>			
EBITDA Ajustado	10.049	9.459	6,2%
Margem EBITDA Ajustado	46,7%	52,4%	-5,7p.p.
Equivalência Patrimonial	(62)	(12)	432,2%
EBITDA	9.987	9.448	5,7%
Margem EBITDA	46,4%	52,3%	-5,9p.p.
Depreciação & Amortização	(6.827)	(5.692)	19,9%
Depreciação	(4.970)	(3.952)	25,8%
Amortização	(1.857)	(1.740)	6,7%
EBIT	3.160	3.756	-15,9%
Margem EBIT	14,7%	20,8%	-6,1p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(1.439)	(653)	120,4%
Despesas financeiras	(2.763)	(1.745)	58,3%
Receitas financeiras	1.319	1.092	20,8%
Variações cambiais, líquidas	5	1	659,6%
Lucro antes dos impostos	1.721	3.103	-44,5%
Imposto de renda e cont. social	(50)	(146)	-65,7%
Lucro Líquido	1.671	2.957	-43,5%

EBITDA Ajustado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial)

O EBITDA Ajustado ao final de 2022 totalizou R\$ 10,049 milhões, um crescimento de 6,2% A/A. O resultado teve como principal motor o crescimento da linha de Receita de Serviços, com a contribuição tanto dos clientes do móvel quanto os de fixo. O crescimento desta linha seria ainda mais relevante se a base comparativa (exercício de 2021) não tivesse o efeito não recorrente da venda do controle da i-Systems. A Margem EBITDA Ajustada encerrou 2022 em 46,7%, reduzindo 5,7 p.p.

Reconciliação EBITDA	DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
	<i>R\$ milhões</i>			
	Lucro Líquido	1.671	2.957	-43,5%
	Depreciação & Amortização	6.827	5.692	19,9%
	Resultado Financeiro Líquido	1.439	653	120,4%
	Imposto de renda e cont. social	50	146	-65,7%
	EBITDA	9.987	9.448	5,7%
	Equivalência Patrimonial	62	12	432,2%
	EBITDA Ajustado	10.049	9.459	6,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

A linha de D&A acumulou R\$ 6.827 milhões, um aumento de 19,9% na comparação com 2021, sendo uma das linhas mais impactadas pela aquisição dos ativos móveis da Oi, por conta do efeito da depreciação do direito de uso dos sites que chegaram com a transação.

O EBIT fechou 2022 com um total de R\$ 3.160 milhões, reduzindo em 15,9% na comparação com o fechamento de 2021. Mais uma vez, essa performance é explicada pela base comparativa contar com um efeito extraordinário da venda do controle da i-Systems.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido teve um aumento de 120,4% A/A, totalizando um resultado negativo de R\$ 1.439 milhões, impactada, principalmente, por: (i) um maior volume de juros sobre *leases*, em função dos contratos de aluguel dos 7,2 mil sites adquiridos no acordo de compra da Oi Móvel; e (ii) uma taxa Selic mais alta em 2022; (iii) um nível de endividamento maior após a conclusão da transação de aquisição da Oi. Além disso, a linha foi impactada por uma menor receita gerada pela marcação a mercado referente ao bônus de subscrição do capital do Banco C6 (Nota Explicativa 39 das Demonstrações Financeiras), sujeito a arbitragem curso.

Imposto De Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social totalizou R\$ 50 milhões em 2022, comparado com R\$ 146 milhões em 2021, apontando para uma redução de 65,7% A/A, explicado principalmente por uma queda na base tributável como consequência do efeito relacionado a venda do controle da i-Systems em 2021. **Em 2022, a alíquota efetiva foi de 2,9% vs. 4,7% em 2021.**

Lucro Líquido

O Lucro Líquido totalizou R\$ 1.671 milhões no ano de 2022, com a LPA de R\$ 0,70. Este resultado representou uma contração de 43,5% A/A, mais uma vez, em grande parte explicada pela base comparativa (exercício de 2021) contar com um efeito extraordinário da venda do controle da i-Systems.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
<i>R\$ milhões</i>			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.429	10.078	-6,4%
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de investimento	(8.620)	(6.689)	28,9%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.489)	(735)	374,5%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.680)	2.653	n.a.
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.229	2.575	103,0%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.549	5.229	-51,3%

O **Fluxo de Caixa Livre**, foi negativo em R\$ 2.680 milhões no exercício de 2022, influenciado de forma significativa pelos desembolsos relativos à compra dos ativos da Oi Móvel e aquisição das licenças das frequências ocorrido no 4T21:

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi positivo em R\$ 9.429 milhões, representando uma queda de 6,4% em relação ao exercício de 2021. Mesmo apresentando uma boa performance operacional representado pela Receita e EBITDA Ajustado, essa linha foi impactada pelo pagamento das licenças e obrigações referentes ao leilão de frequências no valor de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 8.620 milhões, representando um aumento de 28,9% em relação ao exercício de 2021, refletindo o pagamento pelos ativos adquiridos da Oi Móvel no valor de aproximadamente R\$ 6,4 bilhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento fechou em R\$ 3.489 bilhões, multiplicando por quase 5 vezes o valor reportado em 2021. Este desempenho é consequência da redução na tomada de novos financiamentos e do aumento dos desembolsos com contratos de arrendamento de sites de telefonia móvel após o recebimento dos ativos da Oi Móvel.

CAPEX

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
<i>R\$ milhões</i>			
Rede	3.449	3.052	13,0%
TI & Outros	1.281	1.329	-3,6%
Leilão 4G e 5G	-	3.585	n.a.
Capex Total	4.730	7.966	-40,6%
Capex/Receita Líquida	22,0%	44,1%	-2,3p.p.

O **Capex em 2022 totalizou R\$ 4.730 milhões**, apresentando uma variação negativa de -40,6% na comparação anual. Este resultado foi impactado majoritariamente pelo registro dos investimentos na aquisição de licenças no leilão de frequências em 2021. Excluindo este efeito

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

o Capex de 2022 teria crescido 8% A/A em função dos investimentos atrelados a integração dos ativos móveis da Oi, além da implementação da tecnologia 5G no país.

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSIONES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
<i>R\$ milhões</i>						
KFW Finnvera	USD	Libor + 0,75%	01/24 a 12/25	44	129	173
Scotia	USD	1,4748% a 3,2300% a.a.	04/24	1.047	522	1.569
BNP Paribas	USD	7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	15	500	515
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	06/28	(1)	1.773	1.772
BNDES Finame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	6	389	394
BNDES Finem	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	08/25	112	185	297
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	42	208	249
Dívida Financeira Total				1.265	3.705	4.970
Licença (5G)	BRL	SELIC	12/40	52	843	895
Dívida Total Antes do Lease				1.317	4.548	5.865
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (11,28% a.a.)*	10/29	2.227	10.367	12.593
Dívida Total				3.544	14.914	18.458

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T22	3T22	2T22	1T22
<i>R\$ milhões</i>				
Dívida de Curto Prazo	1.265	159	126	106
Dívida de Longo Prazo	3.705	4.622	4.595	3.233
Dívida Financeira Total	4.970	4.781	4.720	3.339
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.739)	(3.703)	(2.286)	(8.076)
Derivativos Líquidos-ex C6	116	132	44	169
Dívida Financeira Líquida	347	1.210	2.479	(4.568)
Licença (4G e 5G)	895	918	889	864
Dívida Financeira Líquida AL	1.242	2.128	3.367	(3.704)
Lease Total	12.593	12.388	12.521	9.592
Dívida Líquida Total	13.835	14.516	15.889	5.888
Dívida Líquida AL/EBITDA AL *	0,2x	0,3x	0,4x	-0,5x
Dívida Líquida Total/EBITDA	1,4x	1,4x	1,6x	0,6x

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leasings financeiros.

Dívida Por Vencimento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
<i>R\$ milhões</i>		
2024	1.335	3.069
2025	255	1.444
2026	751	1.764
2027	751	1.706
Após 2027	1.456	6.930
Dívida Total	4.548	14.914

A Dívida Total (pós-hedge) ao final de 2022 ficou em R\$ 18.575 milhões, representando um crescimento de R\$ 5.055 milhões A/A. O montante considera o reconhecimento de arrendamentos financeiros incorporados com a aquisição de ativos móveis da Oi, no valor total de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões. Além disso, no 4º trimestre a Companhia realizou novo desembolso de parte da linha de crédito já disponível com o BNDES (Finem) de R\$ 319 milhões ao custo de TJLP + 1,95% e prazo de 2,8 anos.

Ao final do ano, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R\$ 5.086 milhões. O custo médio da dívida, excluindo os arrendamentos e licenças relacionadas ao leilão de frequências, foi de 14,2% a.a. (103,69% do CDI) no trimestre, uma elevação quando comparado ao custo de 9,5% a.a. (116,35% do CDI) do 4T21, impactado, principalmente, pelo aumento da taxa DI no segundo semestre de 2022.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 4.739 milhões, registrando uma queda de R\$ 5.057 milhões A/A, em grande medida devido a aquisição dos ativos móveis da Oi realizada no 2T22, em paralelo ao pagamento das parcelas relativas à aquisição de frequências no leilão de espectro do 5G de 2021 (pagamento integral das parcelas de EAF e pagamento das parcelas de EACE e da licença do 5G referentes ao ano de 2022). Cabe ressaltar ainda que em outubro de 2022 a Companhia realizou o depósito em juízo de R\$ 670 milhões em razão da discussão de ajuste de preço de aquisição da Oi Móvel.

O rendimento financeiro médio foi de 14,2% a.a. (104,09% do CDI) no 4T22, um aumento de 5,5 p.p. em relação ao 4T21, em função de um patamar maior da taxa básica de juros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Ambiental, Social e Governança (ASG ou ESG)

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 15 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2023, a TIM foi novamente reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI), sendo incluída no Sustainability Yearbook.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU) por dois anos consecutivos.

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma referência na promoção da diversidade e inclusão em nível nacional e internacional, com metas, compromissos e implementação de diversas iniciativas nas temáticas gênero, raça, pessoas LGBTI+, gerações, pessoas com deficiência, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, ocupando a 1ª posição em Telecom em nível global, destaque que manteve também em 2022. A TIM também foi a primeira operadora a ganhar o prêmio internacional GSMA's Diversity in Tech, que reconhece mundialmente organizações com práticas em prol da igualdade, da diversidade e dos direitos humanos no setor de tecnologia. Em 2023, a TIM continuou integrando o Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 485 empresas de 45 países, sendo apenas 16 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers pelo segundo ano consecutivo, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países. A Companhia também ingressou em janeiro de 2023, no Índice GPTW da B3, que leva em consideração as empresas certificadas pela Great Place to Work (GPTW) como os melhores ambientes para trabalhar no Brasil.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho por meio de indicadores de sustentabilidade e há 14 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

[Nossas Políticas](#) de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na [Central de Privacidade](#) no site da TIM.

Em 2013, a TIM fundou o [Instituto TIM](#) com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice GPTW da B3, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Índice Teva Mulheres na Liderança, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Em 2022, a TIM renovou a sua matriz de materialidade à luz de novas tendências, que consideram impactos nas perspectivas financeira e socioambiental, a chamada dupla materialidade. A construção da nova matriz englobou as etapas de definição, identificação, priorização, análise e validação, com a realização de 1.040 consultas a diversos stakeholders da Companhia. Ao final do processo, foram apontados oito temas materiais para a TIM, conforme quadro a seguir:

Tema material	ODS
Inovação e tecnologia	8, 9 e 11
Inclusão digital e conectividade	1, 5, 9,10 e 11
Privacidade e segurança de dados	16
Eficiência energética	7, 12 e 13
Qualidade dos serviços	9
Saúde, bem-estar e segurança	3, 5 e 8
Ética, integridade e compliance	16
Transparência e relacionamento com os públicos prioritários	12 e 16

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há 15 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao “Novo Mercado”, segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 15 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.3. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2022, o CDA se reuniu 11 (onze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.54 Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2022, a Diretoria se reuniu 44 (quarenta e quatro) vezes no exercício de suas funções.

9.5. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2022, o CF se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.6. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2022, o CAE se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2022”). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. (“EY”), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.7. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2022, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2022, o CCR se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.8. Comitê de Remuneração

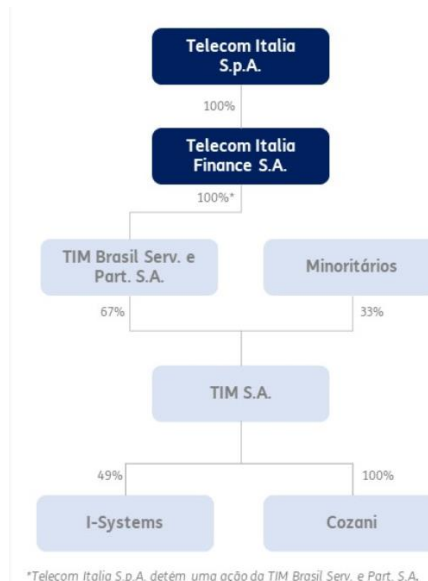
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente. Ao longo de 2022, o CR se reuniu 4 (quatro) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2022, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2022, o CESG se reuniu 4 (quatro) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2022 com capital social no montante de R\$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.11. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 22 de março, 15 de junho, 12 de setembro e 12 de dezembro 2022, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 195 milhões, R\$ 270 milhões, R\$ 480 milhões e R\$ 455 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 27 de abril 2022, 20 de julho de 2022, 31 de outubro de 2022, 24 de janeiro de 2023 e 31 de janeiro de 2023, sendo as datas de 28 de março, 23 de junho, 21 de setembro e 21 de dezembro de 2022 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R\$ 1.400 bilhões de JCP em 2022.

9.12. Eventos do Exercício e Subsequentes

FECHAMENTO DA COMPRA DOS ATIVOS DA OPERAÇÃO DE TELEFONIA MÓVEL DA OI

No dia 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A., após o cumprimento dos condicionantes prévios estabelecidos pelo CADE e pela Anatel, anunciou a conclusão do processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel"). Com a conclusão da transação, a TIM passou a deter 100% do capital social da Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A., empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia. Para maiores detalhes sobre a conclusão do processo, acesse o [Fato Relevante](#).

TIM OBTÉM DIREITO AO EXERCÍCIO DA 8ª TRANCHE DO BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO NO BANCO C6

Em outubro de 2022, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 8ª tranche do bônus de subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 8º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada potencial de 5,52% no capital social do C6, sujeito ao resultado da arbitragem em curso.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ALTERAÇÕES AO PREÇO DE FECHAMENTO AJUSTADO DA AQUISIÇÃO DOS ATIVOS MÓVEIS DA OI E INÍCIO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

Em Fato Relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, a TIM S.A. comunicou que as “Compradoras” (TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.) dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. (“Vendedora”) identificaram divergências em premissas e critérios de cálculo que, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“SPA”), justificam uma proposta de alteração no Preço de Fechamento Ajustado (“PFA”), em benefício da TIM, de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Além das diferenças referentes ao PFA, foram identificadas divergências referentes aos contratos da empresa de propósito específico Cozani com empresas prestadoras de serviços de infraestrutura móvel (aluguel de sites/torres), que ensejam, nos termos do SPA, uma indenização da Vendedora à TIM de aproximadamente R\$ 231 milhões. Em consequência das divergências, o montante de R\$ 634 milhões que estava retido pela TIM não foi transferido a Vendedora.

Em Fato Relevante divulgado em 3 de outubro de 2022, tendo em vista a violação expressa da Vendedora aos mecanismos de resolução de disputas previstos no SPA, a TIM comunicou que não restou alternativa às Compradoras senão ingressar, na referida data, com procedimento arbitral junto à Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão em face à Vendedora para que determine o valor efetivo do ajuste ao PFA, na forma do SPA.

Em Fato Relevante divulgado em 4 de outubro de 2022, a Companhia foi surpreendida por notícias veiculadas pela imprensa e por Fato Relevante divulgado pela Vendedora na referida data, de que havia sido proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras da importância de aproximadamente R\$ 1,53 bilhão – dos quais cerca de R\$ 670 milhões pela TIM – em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Vendedora, onde ficará acautelado até posterior decisão de juízo arbitral.

A TIM recorreu da decisão e em 17 de outubro de 2022 e o Superior Tribunal de Justiça, em decisão monocrática, rejeitou o recurso da TIM e das outras Compradoras. Assim, em 19 de outubro de 2022, a TIM depositou em garantia do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro o valor de R\$ 670 milhões.

NOVO CFO/ DRI INTERINO

Em janeiro de 2023, a TIM anunciou que o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente (“CEO”) da Companhia, para assumir as posições de Diretor Financeiro (“CFO”) e Diretor de Relações com Investidores (“DRI”), interinamente, a partir de 01 de fevereiro de 2023. Dessa forma, os cargos de CEO, CFO e DRI serão temporariamente acumulados pelo Sr. Griselli.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes Ltda. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados. Os auditores independentes possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

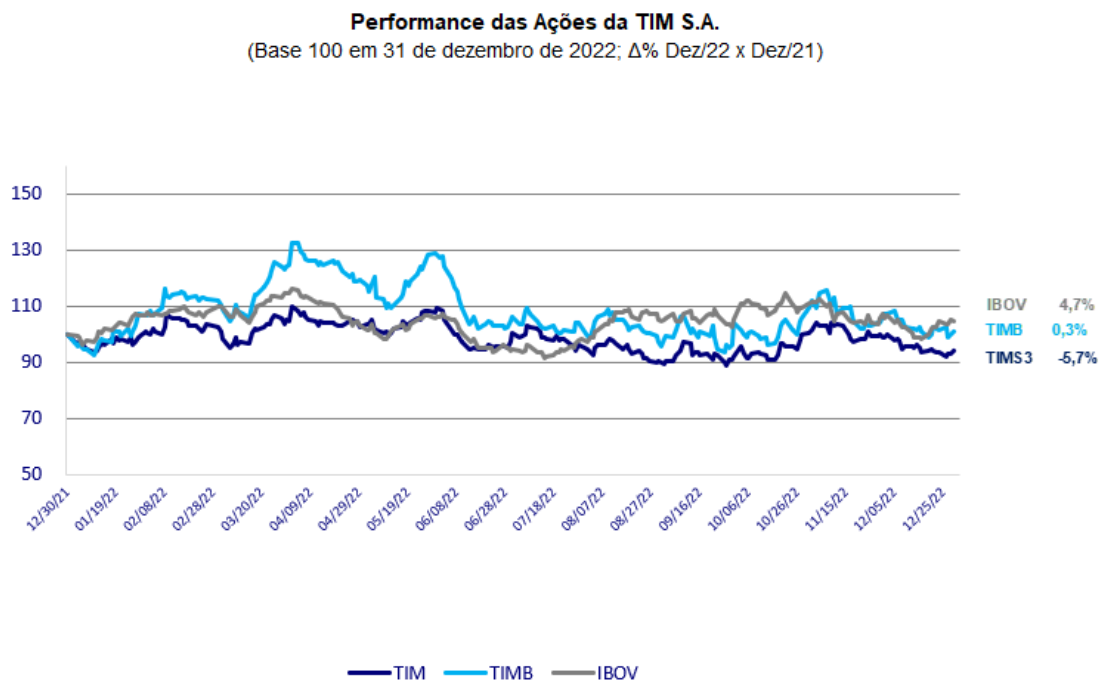
A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2022 em 109.735 pontos, acumulando uma alta de 4,49% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R\$ 3,5 trilhões.



A Companhia encerrou 2022 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 12,40 na B3, uma queda de 5,7% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US\$ 11,73, aumentando de 0,3% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R\$ 30,0 bilhões ou US\$ 5,7 bilhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. (“TIM” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2022 (66,59% em 31 de dezembro de 2021).

O grupo TIM (“Grupo”) é composto pela TIM, por sua controlada e coligada, Cozani e I-Sytems, respectivamente.

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 31 de dezembro de 2022, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2021) nas companhias I-Systems (coligada), anteriormente denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. (“FiberCo”), e de 100% (não detinha participação em 31 de dezembro de 2021) na empresa Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Cozani”) – controlada. Abaixo descrevemos os processos de reorganização societárias quanto a estas duas empresas:

1.2. Reorganização Societária

1.2.1. Combinação de negócios Cozani

Em 14 de abril de 2022, a TIM, a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. (“Compradoras”) entregaram à Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Vendedora”, “Cedente” ou “Oi Móvel”) a notificação de fechamento relativa ao processo de aquisição dos ativos móveis da Vendedora, a partir das aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), mediante assinatura de Acordo em Controle de Concentrações, já transitada em julgado, e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em especial com a publicação dos Atos nº 4.949/2022, 4.950/2022 e 4.951/2022, além de atingidas ou dispensadas pelas Compradoras, conforme o caso, todas as condições precedentes contratuais.

Notas Explicativas

Em 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com as empresas Compradoras, após o cumprimento dos condicionantes prévios estabelecidos pelo CADE e pela ANATEL, concluiu a transação de aquisição, passando a TIM, a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia.

A Companhia vem cumprindo todas as medidas previstas nos condicionamentos da Anatel e no Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”) celebrado com o CADE, destacando-se, entre outros, os seguintes:

Em 19 de abril de 2022, a TIM disponibilizou a Oferta de Referência dos Produtos no mercado de atacado de ROAMING (“ORPA – Roaming Nacional”), a qual foi aprovada, pela Anatel, em 21 de setembro de 2022. Na mesma data, disponibilizou a Oferta de Referência destinada a Operadoras de Rede Móvel Virtual (“Oferta de Referência – MVNO”), a qual foi aprovada, pela Anatel, em 26 de setembro de 2022.

Em 4 de julho de 2022, a TIM disponibilizou, de forma independente, ofertas públicas para alienação de até 50% das Estações Rádio Base (“ERBs”) adquiridas da Oi Móvel (“Ofertas Públicas de ERBs”). Até o momento não foi possível concluir nenhuma proposta de venda relacionada a oferta.

Em 15 de agosto de 2022, a TIM assinou com a Oi o Contrato de Disponibilização de Radiofrequência de modo a permitir o atendimento, pela Oi, das metas de implantação de sistemas de acessos fixo sem fio previstas no Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU-IV), aprovado pelo Decreto nº 9.619/2018. O objetivo de tal contrato, conforme determinado pela ANATEL, é viabilizar a continuidade das metas já cumpridas, e o atendimento de metas não adimplidas e exigíveis. O contrato tem vigência até o fim da concessão de STFC da Oi, em 31 de dezembro de 2025 e é registrado à medida que o serviço é disponibilizado.

Em 5 de julho de 2022, TIM e Oi Móvel assinaram Carta de Intenção visando garantir a manutenção e continuidade dos serviços móveis prestados na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF até o término da vigência, em 21 de fevereiro de 2024, do Acordo de Cooperação nº 12000/2019-001/00, celebrado em 21 de fevereiro de 2019 pela União, por meio do Comando da Marinha, e pela Telemar Norte Leste e a Oi Móvel. As providências de assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao referido Acordo de Cooperação, que formaliza o resultado das referidas negociações, foram concluídas em 09 de dezembro de 2022.

Em 20 de outubro de 2022, a TIM publicou Ofertas destinadas a viabilizar a celebração de Contrato de Exploração Industrial de Rede (“Oferta – Exploração Industrial de Rede”) e de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência (“Oferta – Radiofrequência”), nos termos definidos pelo ACC (Acordo em Controle de Concentrações) firmado com o CADE. As ofertas em questão, foram publicadas no site da TIM e apresentadas ao CADE na mesma data, dentro do prazo estabelecido pelo ACC (até 6 meses do Fechamento), e deverão ficar disponíveis por 36 meses. Não houve celebração de contratos até o momento.

Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2022, a TIM publicou ofertas destinadas a viabilizar a celebração de Contrato de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência 900 MHz, tendo por objeto as radiofrequências adquiridas da Oi Móvel na referida faixa de frequência ("Oferta – Radiofrequência 900 MHz"), nos termos definidos pelo ACC firmado com o CADE. O ACC aguarda despacho de cumprimento pelo CADE. As ofertas em questão, foram publicadas no site da TIM e apresentadas ao CADE na mesma data, dentro do prazo estabelecido pelo ACC (até 8 meses do Fechamento), e deverão ficar disponíveis por 36 meses. Não houve celebração de contratos até o momento.

O preço de aquisição de 100% das ações da Cozani, após todos os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda de Ações, foi de R\$ 7.014,6 milhões.

Preço de Fechamento Ajustado:

- (i) R\$ 634,3 milhões de reais foram retidos pela TIM, conforme previsto no contrato de compra, principalmente para atender a eventual necessidade de ajustes adicionais de preço a serem realizados, que poderiam ser identificados nos 120 dias posteriores à data de aquisição. Conforme fato relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, em consequência das divergências encontradas nas premissas de cálculo dos temas: (i) Capital de Giro e Dívida Líquida, (ii) Capex e (iii) Adições líquidas, o valor de R\$634,3, (R\$671 atualizados em 31 de dezembro de 2022) se manteve integralmente retido pela Companhia até que em 4 de outubro de 2022, foi proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras, cabendo à TIM o depósito em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A. do valor atualizado até aquela data de R\$ 670 milhões. O referido depósito permanecerá em conta vinculada ao Juízo enquanto se aguarda a instalação do Tribunal Arbitral. Para mais detalhes vide nota 12;
- (ii) R\$ 2.057,4 milhões foram repassados diretamente ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme disposição contratual; e
- (iii) O saldo de R\$ 4.285,9 milhões foi transferido na data de aquisição diretamente para a Cedente.
- (iv) R\$1,8 milhões de reais relacionado a valores de rescisões relativo a pessoal da Vendedora, acordado como parte do valor pago pela aquisição pelas compradoras.

Além dos valores acima, a Vendedora poderá ter direito a receber até R\$ 230 milhões adicionais da TIM, condicionados ao cumprimento, até 31 de março de 2023, de determinadas metas relacionadas às radiofrequências e base de clientes envolvidos na Transação. Desse valor, R\$ 120 milhões de reais já foram pagos devido ao cumprimento de parte das metas estabelecidas. Do montante remanescente ainda não pago (R\$110 milhões), a Companhia entende que há expectativa de desembolsar até o prazo descrito o montante de R\$ 77 milhões reconhecidos como contraprestação contingente na data de divulgação dessas informações financeiras.

Notas Explicativas

A TIM também pagou, em 20 de abril de 2022, em nome da Cozani, o valor de R\$ 250,7 milhões a Vendedora, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição, registrado na rubrica de “Despesas antecipadas” e assinou um termo de contrato anual de utilização de capacidade de infraestrutura de transporte com a Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A., envolvendo o pagamento de valores decrescentes que, a valor presente, totalizam aproximadamente R\$ 476 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o total de contraprestação transferida pela aquisição da Cozani foi de R\$ 7.211,6 milhões.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Cozani na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se finalizado, conforme laudo de alocação de preço de compra “*Price purchase allocation*”. Nesta data, a análise indica ativos e passivos apresentados a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	193.382
Contas a receber de clientes	362.379
Despesas antecipadas	165.111
Impostos a recuperar	13.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	705.388
Imobilizado (Nota 15)	3.518.477
Intangível (Nota 16)	3.599.811
	8.558.083
Passivos	
Fornecedores	(183.227)
Passivos de arrendamento (Nota 17)	(2.929.449)
Impostos a recolher	(157.595)
Receitas diferidas	(95.135)
Outros passivos	(617.518)
	(3.982.924)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	4.575.159
Ágio na aquisição (Nota 16)	2.636.426
Total da contraprestação	7.211.585

Abaixo estão sumarizados, os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados a Cozani (“ativos líquidos”) pela TIM na data de aquisição e os impactos sobre os resultados consolidados da Companhia, que refletem os resultados da empresa adquirida a partir de 30 de abril de 2022:

Notas Explicativas

	Cozani
Participação acionária da adquirida	100%
Patrimônio líquido da Cozani a valor contábil em 30/04/2022	1.282.579
Patrimônio líquido da Cozani a valor justo em 30/04/2022	4.575.159
Mais valia de radiofrequências (i)	3.038.951
Mais valia de carteira de clientes (ii)	253.629
Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição	1.231.518
Contribuição para o Grupo com prejuízo desde a data da aquisição	(626.258)
Receita líquida da adquirida desde o início do exercício	2.297.351
Prejuízo da adquirida desde o início do exercício	(1.910.638)

- (i) A mais valia de intangíveis refere-se ao ajuste na rubrica de autorizações refletindo o valor justos das outorgas adquiridas e a avaliação do espectro foi conduzida por meio da abordagem de mercado, com a aplicação de um múltiplo de transação. O prazo médio de vida útil é de 17,68 anos;
- (ii) A avaliação da carteira de clientes foi conduzida pela abordagem de rentabilidade, pelo método MPEEM ("Multi-period excess earning method") baseado em um cálculo de fluxos de caixa de benefícios econômicos futuros atribuíveis a base de clientes. O prazo médio de vida útil é de 8,67 anos.

O ágio na aquisição de R\$2.636.426 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo. Não há expectativa de que o ágio reconhecido seja dedutível para fins fiscais até que ocorra a incorporação societária da empresa Cozani, o que deverá ocorrer no decorrer de 2023.

Outras obrigações contratuais

Em decorrência de determinadas disposições contratuais por ocasião da aquisição da Cozani, a TIM efetuou a retenção ao montante equivalente a 10% (dez por cento) do Preço de Fechamento da operação. Em 31 de dezembro de 2022, esse montante alcançava R\$ 671 milhões e, em função de decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, o valor encontra-se em conta de depósito judicial, até ulterior decisão do Tribunal Arbitral.

Ainda, por ocasião da aquisição da Cozani, existiam certas disposições contratuais vinculadas ao cumprimento de metas de migração pelo Grupo Oi, no valor de R\$ 77 milhões. O cumprimento dessas metas está sob a avaliação da Administração da Cia.

Em 31 de dezembro de 2022, ambas as obrigações alcançavam o montante total de R\$ 748 milhões.

Notas Explicativas

1.2.2 Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em dezembro de 2020, a FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasceu com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R\$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I-Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. A partir deste momento, a TIM cessou a consolidação linha a linha da I-Systems (antiga FiberCo).

Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital de R\$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R\$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM, totalizando, desta forma R\$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R\$3.291.794.

No momento do *closing* a participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% na investida foi registrada pela TIM a valor justo no valor de R\$1.612.957, conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC 36). Conforme previsto no IAS 28 (CPC 18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Posteriormente, a participação na investida passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial, conforme definido na norma IAS 28 (CPC 18).

Neste momento, em função do *closing* da transação, e a perda de controle da I- Systems, a TIM realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477.

Notas Explicativas

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	
Preço da transação	1.096.294
Registro da participação remanescente no investimento ao valor justo (<i>fair value</i>)	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Notas Explicativas

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro de R\$1.670.755. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$2.229.118, ocasionado pela aquisição da Cozani e pagamento das obrigações relacionadas à licença 5G. A Companhia entende que os investimentos citados trarão benefícios relevantes e eficiência operacional. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$25.397.365.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou análises e concluiu não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada e controlada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

Notas Explicativas

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM e sua controlada Cozani. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2021 não há saldos consolidados para balanço, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e, conforme descrito na Nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS em novembro de 2021, quando a TIM passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

A base de consolidação da Companhia em 31 de dezembro de 2022, inclui a controlada integral Cozani, que possui como principal objeto social a prestação de serviços de telecomunicações, sediada no Rio de Janeiro, Brasil. A companhia detém 100% de participação, em função da aquisição desta empresa, conforme descrito na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Notas Explicativas

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Notas Explicativas

O Grupo mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes como se o contrato de arrendamento adquirido fosse um novo contrato de arrendamento na data de aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis dos arrendamentos em comparação aos termos de mercado. Considerando que a natureza fora de mercado desse arrendamento é refletida no ativo de direito de uso, o Grupo não reconhece separadamente um ativo intangível ou passivo relativos aos termos favoráveis ou desfavoráveis em relação ao valor de mercado.

f. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de fevereiro de 2023.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprova rem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relaciona- dos a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

O Grupo avaliou os contratos e não identificou alterações relevantes nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do ‘dia 2’ decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 *Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* - Subsidiária como adotante pela primeira vez

Notas Explicativas

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas Explicativas

- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement* 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement* 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Notas Explicativas

O Grupo está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

- **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavírus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

Desde 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Hoje, não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em controlada e coligada.*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (Nota 16) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em controlada e coligada são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidência objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na Nota 14.

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

Notas Explicativas

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 25).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 39).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 29).

(f) *Arrendamentos*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

(g) *Valor justo do intangível*

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para impairment.

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Notas Explicativas

(h) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Para maiores informações vide notas 1.2.1 e 2.e.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Caixa e bancos	59.679	99.821	59.959
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	1.725.421	5.128.794	2.488.754
	<u>1.785.100</u>	<u>5.228.615</u>	<u>2.548.713</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A redução da posição de caixa é explicada pela aquisição de participação da Cozani (nota 1.2.1). e pagamentos das licenças 5G e obrigações relacionadas (notas 16.f e 20).

A remuneração média anual das aplicações referente aos CDB's e operações compromissadas é de 100,12% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI na Controladora (101,57% em 31 de dezembro de 2021) e de 100,12% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI no Consolidado em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	12.929	11.508	12.929
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	179	9.624	179
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾			
Títulos Públicos ^(a)	1.323.409	2.975.613	1.323.409
CDB ^(b)	20.371	40.496	20.371
Letra Financeira ^(c)	398.879	703.118	398.879
Outros ^(d)	447.797	839.169	447.797
	<u>2.203.564</u>	<u>4.579.528</u>	<u>2.203.564</u>
Parcela circulante	<u>(2.190.635)</u>	<u>(4.568.020)</u>	<u>(2.190.635)</u>
Parcela não circulante	12.929	11.508	12.929

A redução na posição de títulos e valores mobiliários é explicada pela aquisição de participação da Cozani (nota 1.2.1). e pagamentos das licenças 5G e obrigações relacionadas (notas 16.f e 20).

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2022 foi de 0,09% a.a. (negativa em 0,06% a.a. em 2021).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2022 foi de 99,94% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (95,13% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média em 2022 dos FIC's foi de 107,19% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (122,76% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

(a) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,19% a.m. em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Contas a receber de clientes	3.978.135	3.253.207	3.659.777
Contas a receber bruta	4.540.225	4.000.026	4.241.515
Serviços faturados	2.055.009	2.107.682	2.149.579
Serviços a faturar ("unbilled")	909.760	849.762	929.669
Uso de rede (i)	981.978	504.333	550.416
Venda de mercadorias	572.103	521.362	590.476
Ativo contratual (nota 24)	19.828	15.340	19.828
Outras contas a receber	1.547	1.547	1.547
Provisão para perdas de crédito esperadas	(562.090)	(746.819)	(581.738)
Parcela circulante	(3.739.452)	(3.066.906)	(3.421.094)
Parcela não circulante	238.683	186.301	238.683

(i) A variação na controladora, está representada principalmente pelos serviços de cessão de direito de uso de elementos de rede com sua controlada Cozani, no montante de R\$ 451.454.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Saldo inicial	746.819	651.260	746.819
Constituição de provisão, líquida de reversão	585.699	544.642	626.218
Saldo aquisição de controlada	-	-	33.284
Baixas de Provisão	(770.428)	(449.083)	(824.583)
Saldo Final	<u>562.090</u>	<u>746.819</u>	<u>581.738</u>

Em 2022, a variação no saldo final da provisão para perdas de crédito esperadas ocorreu em virtude da constituição de provisão, líquida de reversão e da baixa de faturas já provisionadas.

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Total	4.540.225	4.000.026	4.241.515
A vencer	3.351.886	2.895.999	2.998.074
Vencidos até 30 dias	262.644	246.195	286.324
Vencidos até 60 dias	81.939	100.027	82.533
Vencidos até 90 dias	68.391	77.280	73.581
Vencidos há mais de 90 dias	775.365	680.525	801.003

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Total Estoques	236.117	202.553	236.117
Estoques	248.768	214.605	248.768
Aparelhos celulares e tablets	138.951	140.934	138.951
Acessórios e cartões pré-pagos	78.330	53.791	78.330
TIM chips	31.487	19.880	31.487
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.651)	(12.052)	(12.651)

Notas Explicativas

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.358.817	1.259.932	1.367.610
ICMS (i)	1.314.811	1.216.912	1.323.604
Outros	44.006	43.020	44.006
Parcela circulante	(469.345)	(354.620)	(472.202)
Parcela não circulante	889.472	905.312	895.408

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	1.230.220	2.042.361	1.238.686
Imposto de renda e contribuição social (i)	879.227	807.096	879.227
PIS / COFINS (ii)	194.449	1.164.772	194.452
IRRF sobre aplicações financeiras	111.962	37.738	120.417
Outros	44.582	32.755	44.590
Parcela circulante	(712.342)	(1.311.906)	(720.808)
Parcela não circulante	517.878	730.455	517.878

(i) Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. O processo específico da TIM ainda está pendente de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 607 milhões, registrados no ativo circulante e não circulante (R\$ 547 milhões em 31 de dezembro de 2021), visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável. A Companhia aguarda decisão final.

Notas Explicativas

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna, a Companhia espera utilizar tais créditos nos próximos 12 meses.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R\$3.023 milhões, sendo R\$1.795 milhões de principal e R\$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

Em 2021, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R\$ 957 milhões. No exercício de 2022, foram efetuadas compensações no total de R\$ 619 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Notas Explicativas

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	95.928	219.876	225.882
Diferenças temporárias:			
Provisão para processos judiciais e administrativos	381.865	330.627	381.865
Provisão para perdas de crédito esperadas	198.933	257.529	220.911
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	34.657	32.377	34.657
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis:			
Provisão para participação dos empregados	49.989	40.177	49.989
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	642.479	437.950	711.897
Ágio amortizado - TIM Fiber (ii)	(34.560)	(34.560)	(34.560)
Instrumentos financeiros derivativos	(161.174)	(143.948)	(161.174)
Juros capitalizados 4G e 5G	(281.468)	(233.433)	(281.468)
Custo atribuído - TIM S.A.	(32.177)	(42.617)	(32.177)
Ajustes norma IFRS16 (iii)	468.113	369.521	596.495
Depreciação acelerada (iv)	(663.303)	(466.863)	(715.041)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (v)	(249.477)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (vi)	-	-	557.932
Amortização da mais valia	45.591		45.591
Outros	31.304	19.729	146.218
	526.700	536.888	1.497.540
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas, ainda não reconhecidos	-	-	(129.954)
Parcela imposto ativo diferido	526.700	536.888	1.367.586

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020, 2021 e 2022 da TIM S.A. a nível controladora e, a nível consolidado, adiciona-se também a TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020, 2021 e 2022 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão da transação de venda de 51% de participação societária da I-Systems para a IHS, conforme descrito na nota 1.

Notas Explicativas

(iii) Representa a adição de novos contratos, principalmente, em função da aquisição da Cozani. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil e fiscal, nos termos da legislação vigente.

(iv) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 663 milhões até 31 de dezembro de 2022 (R\$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021) e foi aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

(v) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda, descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

(vi) Representa o diferido constituído referente, principalmente, ao *impairment* de ativos tangíveis, registro de contrato oneroso de capacidade e impostos diferidos.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2022.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora		Total
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias	
2023	80.475	263.659	
2024	15.453	373.500	
2025	-	(72.984)	
2026 em diante	-	(133.403)	
Total	95.928	430.772	526.700

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Consolidado		Total
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias	
2023	80.475	504.340	
2024	15.453	515.457	
2025	-	385.264	
2026 em diante	-	(133.403)	
Total	95.928	1.271.658	1.367.586

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Considerando que a Cozani não possui histórico de base tributável, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social no montante de R\$129.954, referentes a Cozani.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$123.948 ao longo de 2022 (R\$255.252 em 2021).

11. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Despesas Antecipadas	278.764	358.287	359.109
Propagandas não veiculadas (i)	2.361	86.154	2.361
Aluguéis e seguros	64.544	67.034	64.544
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	178.543	153.988	178.543
Serviços de TI (iii)	21.500	28.626	21.500
Despesas antecipadas contratuais (iv)	-	-	77.810
Outros	11.816	22.485	14.351
Parcela circulante	(198.506)	(275.148)	(278.851)
Parcela não circulante	80.258	83.139	80.258

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede e migração das informações para nuvem “cloud”.

Notas Explicativas

(iv) Refere-se ao pagamento em abril/22 (momento da aquisição da Cozani) do TSA (Contrato de serviço de transição), no montante de R\$250.722, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição da Cozani. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo remanescente referente ao TSA era de R\$77.810.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Depósitos judiciais	1.377.560	718.773	1.377.560
Cível	974.482	285.583	974.482
Trabalhista	117.583	128.607	117.583
Tributário	184.435	178.914	184.435
Regulatório	113	111	113
Penhora Online (i)	100.947	125.558	100.947

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$77.854 (R\$ 72.533 em 31 de dezembro de 2021).

Em Fato Relevante divulgado em 4 de outubro de 2022, foi proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras (TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.) da importância de aproximadamente R\$ 1,53 bilhão – dos quais cerca de R\$ 670 milhões pela TIM – em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A., onde ficará acautelado até posterior decisão de juízo arbitral. O referido depósito permanecerá em conta vinculada ao Juízo enquanto se aguarda a instalação do Tribunal Arbitral.

Em 19 de outubro de 2022, a TIM depositou em garantia do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro o valor de R\$ 670 milhões.

Notas Explicativas

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 36.417 (R\$ 34.289 em 31 de dezembro de 2021).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.295 (R\$ 9.073 em 31 de dezembro de 2021).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 22.178 (R\$ 20.022 em 31 de dezembro de 2021).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.557 (R\$ 11.254 em 31 de dezembro de 2021).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 8.651 (R\$ 8.048 em 31 de dezembro de 2021).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.623 (R\$ 3.478 em 31 de dezembro de 2021).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.766 (R\$ 3.582 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

- (h) Depósito realizado pela TIM S.A. – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 63.967 (R\$ 61.752 em 31 de dezembro de 2021).
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.691 (R\$ 9.960 em 31 de dezembro de 2021).
- (j) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.524 (R\$ 9.730 em 31 de dezembro de 2021).

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Outros ativos	265.661	216.159	265.042
Adiantamento a empregados	7.092	6.795	7.092
Adiantamentos a fornecedores	31.422	48.755	31.437
Valores a receber TIM Brasil (nota 37)	22.790	23.069	22.790
Valores a receber projetos incentivados	63.034	13.613	63.034
INSS a compensar	69.794	66.386	69.794
Outros	71.529	57.541	70.895
Parcela circulante	(200.264)	(197.251)	(199.644)
Parcela não circulante	65.397	18.908	65.398

14. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Cozani

Conforme mencionado na nota 1, em 20 de abril de 2022, a TIM S.A., Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A., após cumprir as condições precedentes estabelecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANATEL, concluiu o processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S/A – Em Recuperação Judicial.

Com a conclusão da Operação, a TIM S.A. passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de bens, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia. Portanto em 31 de dezembro de 2022, a Cozani é uma empresa controlada pela TIM S.A.

Notas Explicativas

I-Systems

Conforme mencionado na nota 1, em dezembro de 2020, a empresa Fiber Co (atual I-Systems) foi constituída e era 100% controlada pela TIM S.A. Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2021) de participação no capital social da I-Systems. Portanto entre dezembro/2020 e outubro/2021 a Fiber Co era controlada da TIM S.A., passando a ser coligada a partir de novembro/2021, condição está que se mantém até o presente momento. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

	2022	2021
Ativo	1.820.223	1.533.233
Ativo circulante e não circulante	291.799	232.281
Ativo tangível e intangível	1.528.424	1.300.952
Passivo e Patrimônio Líquido	1.820.223	1.533.233
Passivo circulante e não circulante	398.189	110.668
Patrimônio líquido	1.422.034	1.422.565
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Valor do investimento (nota 14.b)	1.540.116	1.601.703

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(126.979)	(22.968)
Participação proporcional do Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(61.587)	(11.254)

Notas Explicativas**a) Participação em empresas controlada e coligada**

	Coligadas		Controlad	Total	
	2022 I-Systems	2021 I-Systems	2022 Cozani	2022	2021
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	3.002.872	-	-
Participação no capital total	49%	49%	100%	-	-
Patrimônio líquido	1.549.014	1.794.288	4.199.623	-	-
Prejuízo do exercício (i)	(125.687)	(22.968)	(626.258)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial e amortização da mais valia	(61.587)	(11.254)	(626.258)	(687.845)	(11.254)
Valor do investimento	1.540.116	1.601.703	4.199.623	5.739.739	1.601.703

b) Mutação do investimento em empresas controlada e coligada:

	I-Systems (coligada)	Cozani (controlada)	Total
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2021	1.601.703	-	1.601.703
Ativos identificáveis líquidos a valor justo	-	4.575.159	4.575.159
Aumento de capital	-	250.722	250.722
Resultado de equivalência patrimonial e amortização da mais valia	(61.587)	(626.258)	(687.845)
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2022	1.540.116	4.199.623	5.739.739

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

Notas Explicativas

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

(i) Os resultados da controlada apresentam a movimentação a partir da data de aquisição. A data de aquisição e transferência de controle foi 20 de abril de 2022 e os resultados da controlada foram consolidados a partir de 30 de abril de 2022, por ser a informação financeira disponível mais próxima a data de transferência do controle.

O patrimônio líquido da Cozani em 30 de abril de 2022, foi ajustado para adequação às práticas contábeis da Companhia refletindo uma redução de aproximadamente R\$1.641 milhões referente, principalmente, ao *impairment* de ativos tangíveis, registro de contrato oneroso de capacidade e impostos diferidos.

15. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado. Os valores de imobilizado registrados na aquisição da Cozani foram ajustados aos seus valores recuperáveis conforme descrito na nota 14.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Total do Custo do Imobilizado Bruto	49.159.678	5.665.928	(295.589)	-	54.530.017
Equipamentos de comutação / transmissão	25.854.454	(4.788)	(128.439)	3.028.504	28.749.731
Cabos de fibra ótica	778.512	-	-	4.884	783.396
Aparelhos em comodato	2.806.454	752	(17.149)	166.099	2.956.156
Infraestrutura	6.443.285	-	(14.967)	493.409	6.921.727
Bens de informática	1.756.340	-	(6.720)	31.032	1.780.652
Bens de uso geral	916.845	-	(952)	41.503	957.396
Direito de uso em arrendamentos	9.779.327	1.839.693	(125.958)	-	11.493.062
Terrenos	40.794	-	(992)	-	39.802
Obras em andamento	783.667	3.830.271	(412)	(3.765.431)	848.095
Total Depreciação Acumulada	(30.851.278)	(4.116.298)	212.819	-	(34.754.757)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.187.994)	(2.040.925)	127.697	-	(20.101.222)
Cabos de fibra ótica	(522.205)	(61.649)	-	-	(583.854)
Aparelhos em comodato	(2.534.691)	(154.843)	11.694	-	(2.677.840)
Infraestrutura	(4.043.155)	(376.048)	14.343	-	(4.404.860)
Bens de informática	(1.629.730)	(52.579)	6.704	-	(1.675.605)
Bens de uso geral	(649.229)	(49.728)	509	-	(698.448)
Direito de uso em arrendamentos	(3.284.274)	(1.380.526)	51.872	-	(4.612.928)
Total Imobilizado líquido	18.308.400	1.549.630	(82.770)	-	19.775.260
Equipamentos de comutação / transmissão	7.666.460	(2.045.713)	(742)	3.028.504	8.648.509
Cabos de fibra ótica	256.307	(61.649)	-	4.884	199.542
Aparelhos em comodato	271.763	(154.091)	(5.455)	166.099	278.316
Infraestrutura	2.400.130	(376.048)	(624)	493.409	2.516.867
Bens de informática	126.610	(52.579)	(16)	31.032	105.047
Bens de uso geral	267.616	(49.728)	(443)	41.503	258.948
Direito de uso em arrendamentos	6.495.053	459.167	(74.086)	-	6.880.134
Terrenos	40.794	-	(992)	-	39.802
Obras em andamento (ii)	783.667	3.830.271	(412)	(3.765.431)	848.095

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado Líquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento (ii)	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) No exercício de 2021 as baixas líquidas são representadas principalmente por:

. R\$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R\$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 1º de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.

. R\$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

(ii) As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Notas Explicativas

Consolidado						
	Saldo em dez/21	Adições/ depreciação	Baixas	Transferências	Aquisições de controlada (Nota .1.2)	Saldo em dez/22
Total do Custo do Imobilizado Bruto	49.159.678	5.805.705	(737.939)	-	11.302.035	65.529.479
Equipamentos de comutação / transmissão	25.854.454	(4.788)	(129.957)	3.028.504	6.313.024	35.061.237
Cabos de fibra ótica	778.512	-	-	4.884	-	783.396
Aparelhos em comodato	2.806.454	752	(17.149)	166.099	920.690	3.876.846
Infraestrutura	6.443.285	-	(16.296)	493.409	789.657	7.710.055
Bens de informática	1.756.340	-	(342.843)	31.032	336.161	1.780.690
Bens de uso geral	916.845	-	(4.840)	41.503	13.054	966.562
Direito de uso em arrendamentos	9.779.327	1.979.473	(225.446)	-	2.929.449	14.462.803
Terrenos	40.794	-	(992)	-	-	39.802
Obras em andamento	783.667	3.830.268	(416)	(3.765.431)	-	848.088
Total Depreciação Acumulada	(30.851.278)	(4.764.239)	530.748	-	(7.783.558)	(42.868.327)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.187.994)	(2.234.345)	129.196	-	(5.941.968)	(26.235.111)
Cabos de fibra ótica	(522.205)	(61.649)	-	-	-	(583.854)
Aparelhos em comodato	(2.534.691)	(155.902)	11.694	-	(919.560)	(3.598.459)
Infraestrutura	(4.043.155)	(390.832)	15.654	-	(573.680)	(4.992.013)
Bens de informática	(1.629.730)	(78.418)	369.807	-	(337.265)	(1.675.606)
Bens de uso geral	(649.229)	(50.097)	4.397	-	(11.085)	(706.014)
Direito de uso em arrendamentos	(3.284.274)	(1.792.996)	-	-	-	(5.077.270)
Total Imobilizado líquido	18.308.400	1.041.466	(207.191)	-	3.518.477	22.661.152
Equipamentos de comutação / transmissão	7.666.460	(2.239.133)	(761)	3.028.504	371.056	8.826.126
Cabos de fibra ótica	256.307	(61.649)	-	4.884	-	199.542
Aparelhos em comodato	271.763	(155.150)	(5.455)	166.099	1.130	278.387
Infraestrutura	2.400.130	(390.832)	(642)	493.409	215.977	2.718.042
Bens de informática	126.610	(78.418)	26.964	31.032	(1.104)	105.084
Bens de uso geral	267.616	(50.097)	(443)	41.503	1.969	260.548
Direito de uso em arrendamentos	6.495.053	186.477	(225.446)	-	2.929.449	9.385.533
Terrenos	40.794	-	(992)	-	-	39.802
Obras em andamento	783.667	3.830.268	(416)	(3.765.431)	-	848.088

Notas Explicativas

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Adições	1.159.120	243.162	348.860	88.551	1.839.693
Remensuração	(27.867)	(14.715)	(26.740)	(4.764)	(74.086)
Depreciação	(541.802)	(130.549)	(229.471)	(478.704)	(1.380.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.637.960	639.210	1.596.882	1.006.082	6.880.134
Vida útil - %	11,55%	11,25%	11,50%	7,41%	

Direito de uso em arrendamento	Consolidado				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Saldo de abertura	2.143.142	-	786.307	-	2.929.449
Adições	1.087.005	243.162	560.755	88.551	1.979.473
Remensuração	(122.757)	(14.715)	(83.210)	(4.764)	(225.446)
Depreciação	(809.450)	(130.549)	(374.293)	(478.704)	(1.792.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.346.449	639.210	2.393.792	1.006.082	9.385.533
Vida útil - %	12,25	11,25%	12,12	7,41%	

- Taxas de depreciação**

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2022, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Notas Explicativas

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

(a) Movimentação do intangível

	Controladora					
	Saldo em 2021	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em 2022
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	34.630.541	3.846.603	(3.200)	-	258.961	38.732.905
Direito de uso de softwares	19.911.004	-	-	965.373	-	20.876.377
Autorizações	11.151.497	75.526	(3.200)	26.787	-	11.250.610
Ágio (i)	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT	186.221	-	-	15.557	-	201.778
Outros ativos	333.116	-	-	6.301	-	339.417
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.651	-	(1.014.018)	258.961	2.952.554
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(24.045.462)	(1.687.862)	3.200	-	-	(25.730.124)
Direito de uso de softwares	(17.432.018)	(1.022.040)	-	-	-	(18.454.058)
Autorizações	(6.357.666)	(630.464)	3.200	-	-	(6.984.930)
Direito de uso de infraestrutura - LT	(76.697)	(9.791)	-	-	-	(86.488)
Outros ativos	(179.081)	(25.567)	-	-	-	(204.648)
<u>Total Intangível Líquido</u>	10.585.079	2.158.741	-	-	258.961	13.002.781
Direito de uso de softwares (c)	2.478.986	(1.022.040)	-	965.373	-	2.422.319
Autorizações (f)	4.793.831	(554.938)	-	26.787	-	4.265.680
Ágio (d)	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT	109.524	(9.791)	-	15.557	-	115.290
Outros ativos	154.035	(25.567)	-	6.301	-	134.769
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.651	-	(1.014.018)	258.961	2.952.554

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-	-	(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. De dezembro de 2021 em diante, inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 16.f.

Notas Explicativas

(i) Em 2022, com a aquisição da Cozani (vide nota 1.2.1 e 15.d.1) houve o registro do ágio na combinação de negócios de R\$2.636.426. Em junho de 2021, em função da transação de venda da FiberCo descrita na nota 1.2.2, tivemos a reclassificação dos itens relacionados ao intangível para o grupo de ativos mantidos para venda.

	Consolidado						
	Saldo em dez/21	Adições/Amortização	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Aquisições de controlada (Nota 1.2)	Saldo em dez/22
Total Custo do Intangível Bruto	34.630.541	3.846.601	(3.200)	-	258.961	6.446.789	45.179.692
Direito de uso de softwares	19.911.004	-	-	701.387	-	1.366.860	21.979.251
Autorizações	11.151.497	75.525	(3.200)	17.123	-	4.598.839	15.839.784
Ágio	475.743	2.636.426	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	186.221	-	-	15.557	-	-	201.778
Outros ativos	333.116	-	-	5.001	-	481.090	819.207
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.650	-	(739.068)	258.961	-	3.227.503
Total Amortização Acumulada	(24.045.462)	(1.873.904)	3.200	-	-	(2.846.978)	(28.763.144)
Direito de uso de softwares	(17.432.018)	(1.142.824)	-	-	-	(1.347.360)	(19.922.202)
Autorizações	(6.357.666)	(664.909)	3.200	-	-	(1.384.432)	(8.403.807)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(76.697)	(9.791)	-	-	-	-	(86.488)
Outros ativos	(179.081)	(56.380)	-	-	-	(115.186)	(350.647)
Total Intangível Líquido	10.585.079	1.972.697	-	-	258.961	3.599.811	16.416.548
Direito de uso de softwares (c)	2.478.986	(1.142.824)	-	701.387	-	19.500	2.057.049
Autorizações (f)	4.793.831	(589.384)	-	17.123	-	3.214.407	7.435.977
Ágio (d)	475.743	2.636.426	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	109.524	(9.791)	-	15.557	-	-	115.290
Outros ativos	154.035	(56.380)	-	5.001	-	365.904	468.560
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.650	-	(739.068)	258.961	-	3.227.503

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

Notas Explicativas

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

(d.1) Ágio na aquisição da Cozani

Conforme descrito na nota 1.2.1, em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio alocado de R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de dezembro de 2022.

Na nota 2.e, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. No caso do grupo TIM o ágio foi alocado a unidade geradora de caixa móvel, sendo esta a única identificada até o momento.

(d.2) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Notas Explicativas

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R\$108.171, sendo este o saldo registrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A., porém com a aquisição da Cozani em 2022 esta passou a gerar resultados no consolidado TIM S.A. a partir de 30 de abril de 2022. A Companhia entende que os resultados consolidados da TIM S.A. representam uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2022, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Notas Explicativas

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 2022, a mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações (holding incorporada pela TIM S.A.) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e, também, seus efeitos sobre o resultado da Companhia. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a análise para todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento e não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

Notas Explicativas

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Licença 5G

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G").

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Notas Explicativas

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$290 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic (R\$1 milhão em 2021) incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e R\$ 99 milhões referentes a correção monetária dos valores devidos à EAF (R\$19 milhões em 2021). Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Desta forma, o efeito total no ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2022 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R\$3.866 milhões (R\$3.584 milhões em 2021), sendo R\$2.753 em bens em andamento (R\$2.394 em 2021) e R\$1.113 milhões em Autorizações (R\$1.190 milhões em 2021).

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Ativo

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
LT Amazonas	179.305	166.944	179.305
Subleasing “lojas revendas” – IFRS16	59.341	76.177	59.341
	238.646	243.121	238.646
Parcela circulante	(30.643)	(30.076)	(30.643)
Parcela não circulante	208.003	213.045	208.003

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

Os valores abaixo representam os saldos da controladora e do consolidado.

	Até dezembro de 2023	janeiro de 2024 a dezembro de 2028	Janeiro de 2028 em diante	Valores nominais	Valor presente
	33.936	127.757	226.662	388.355	238.646
LT Amazonas (i)	29.354	119.410	168.503	317.267	179.305
Subleasing “lojas revendas” – IFRS16	4.582	8.347	58.159	71.088	59.341

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

Notas Explicativas

Passivo

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
LT Amazonas (i)	327.505	302.091	327.505
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.730.214	1.507.629	1.730.214
Outros (iv)	158.314	142.458	158.314
Sub-total	2.216.033	1.952.178	2.216.033
Outros arrendamentos (iii):			
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	4.084.433	3.345.930	6.123.914
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	746.028	653.422	746.028
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.820.803	1.657.345	2.664.315
Arrendamentos – Fibra	1.081.576	1.454.664	1.081.575
Sub-total <i>leasing</i> IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.732.840	7.111.361	10.615.832
Total	9.948.873	9.063.539	12.831.865
Parcela circulante	(1.353.869)	(1.269.878)	(2.257.211)
Parcela não circulante	8.595.004	7.793.661	10.574.654

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) na controladora foi de R\$ 743.907 (R\$ 599.296 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 1.001.311.

De acordo com o CPC 15 (R1), em uma combinação de negócios, o passivo de arrendamento deve ser mensurado ao valor presente do saldo de arrendamento remanescente como se o contrato de arrendamento adquirido fosse um novo contrato de arrendamento na data de aquisição. O impacto na rubrica de passivo de arrendamento na data de aquisição é de R\$2.929.449 (Nota 1.2.1).

Os valores de arrendamento de infraestrutura de rede e direito de uso consolidados incluem em 31 de dezembro de 2022 R\$755 milhões referentes a penalidades de cancelamentos de contratos previstas nos contratos de arrendamento.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 39.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

Notas Explicativas

Controladora					
	Até dezembro de 2023	Janeiro de 2024 a dezembro de 2028	Janeiro de 2029 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.393.245	7.017.952	6.782.069	16.193.266	9.948.873
LT Amazonas (i)	65.620	226.810	320.214	612.644	327.505
Venda e <i>leaseback</i> das Torres (ii)	291.462	1.168.828	2.223.774	3.684.064	1.730.214
Outros (iii)	36.365	132.035	43.125	211.525	158.314
Total Outros arrendamentos (iv)	1.999.798	5.490.279	4.194.956	11.685.033	7.732.840
Arrendamentos - Infraestrutura de rede	875.618	3.038.957	2.493.766	6.408.341	4.084.433
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	206.017	505.493	491.755	1.203.265	746.028
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	378.551	1.290.365	1.209.435	2.878.351	1.820.803
Arrendamentos - Fibra	539.612	655.464	-	1.195.076	1.081.576

Consolidado					
	Até dezembro de 2023	Janeiro de 2024 a dezembro de 2028	Janeiro de 2029 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	3.109.546	8.468.542	8.295.305	19.873.393	12.831.865
LT Amazonas (i)	65.620	226.810	320.214	612.644	327.505
Venda e <i>leaseback</i> das Torres (ii)	291.462	1.168.828	2.223.774	3.684.064	1.730.214
Outros (iii)	36.365	132.035	43.125	211.524	158.314
Total Outros arrendamentos (iv)	2.716.099	6.940.869	5.708.192	15.365.161	10.615.832
Arrendamentos - Infraestrutura de rede	1.324.986	3.942.271	3.411.227	8.678.483	6.123.914
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	206.017	505.493	491.755	1.203.265	746.028
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	645.485	1.837.641	1.805.210	4.288.337	2.664.315
Arrendamentos - Fibra	539.611	655.464	-	1.195.076	1.081.575

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

Notas Explicativas

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 24).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

(iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

(iv) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2022 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 13,24% (8,94% em 2021).

Os contratos de arrendamento dentro do escopo da norma IFRS16/CPC 06 (R2) adquiridos através da aquisição da Cozani foram remensurados na data de aquisição para refletir a expectativa da Companhia do prazo de arrendamento e taxa média incremental dos empréstimos. O valor registrado na data de aquisição foi R\$ 2.929.449.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 40.723 em 2022 (R\$ 36.310 em 2021).

Notas Explicativas

18. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de dezembro de 2022, esse crédito é de R\$26.519 (R\$28.661 em 31 de dezembro de 2021).

19. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Fornecedores	4.385.356	3.267.404	4.237.229
Moeda nacional	4.089.977	3.063.458	3.940.624
Fornecedores de materiais e serviços (i)	4003.003	2.966.897	3.842.435
Interconexão (ii)	64.228	65.464	67.724
Roaming (iii)	603	212	1.857
Co-billing (iv)	22.143	30.885	28.608
Moeda estrangeira	295.379	203.946	296.605
Fornecedores de materiais e serviços (i)	161.042	153.082	161.042
Roaming (iii)	134.337	50.864	135.563
Parcela Circulante	4.385.356	3.267.404	4.237.229

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

A companhia, firmou contratos com bancos para auxiliar seus fornecedores que solicitassem operações de risco sacado. Nessas operações, os fornecedores transferem seus direitos creditórios contra a Companhia aos bancos, sem direito de regresso, no intuito de recebê-los antecipadamente, mediante aplicação de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter os bancos como credores dos títulos cedidos pelos fornecedores no valor e prazo originais dos direitos creditórios cedidos, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. Os títulos a pagar relacionados a essas operações permanecem classificados na rubrica de fornecedores. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui aproximadamente R\$260 milhões (R\$ 350 milhões em 31 de dezembro de 2021) relacionados a operação de risco sacado.

20. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Renovação de autorizações (i)	216.627	191.329	231.801
Dívida ANATEL atualizada (ii)	186.307	164.269	186.307
Autorizações a pagar (iii)	1.255.282	3.525.489	1.255.282
	<u>1.658.216</u>	<u>3.881.087</u>	<u>1.673.390</u>
Parcela circulante	(507.685)	(2.630.169)	(507.685)
Parcela não circulante	<u>1.150.531</u>	<u>1.250.918</u>	<u>1.165.705</u>

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$216.627 (R\$191.329 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo GP-DI, totalizando R\$ 186 milhões em 31 de dezembro de 2022, o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 16.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

Para os valores relativos às radiofrequências (R\$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros atrelados à taxa Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos (1ª parcela paga em dezembro/21 e 2ª parcela paga em dezembro/22 nos montantes de R\$46.274 e R\$52.005, respectivamente). Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R\$2.737 milhões no registro inicial, sendo R\$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Os aportes à EAF foram efetuados em sua totalidade em 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$ 1.133 milhões em maio). O primeiro aporte à EACE ocorreu em abril de 2022, no valor de R\$ 137 milhões e o segundo aporte ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 134 milhões (os dois aportes totalizam R\$ 271 milhões).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto, considerando os valores relativos às radiofrequências e aos aportes a serem realizados na entidade EACE, é de R\$ 1.255 milhões (R\$3.525 milhões em 31 de dezembro de 2021).

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2022 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora	Consolidado
	2022	2022
2024	360.029	375.203
2025	52.296	52.296
2026	52.296	52.296
2027	52.296	52.296
2028	52.296	52.296
2029	52.296	52.296
2030	52.296	52.296
2031 em diante	476.726	476.726
	<u>1.150.531</u>	<u>1.165.705</u>

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2022, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Data de Expiração									
Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G))	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

Notas Explicativas

Ceará	800MHz – Novembro/ 2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2023	Outub ro, 2027	-	Dezemb ro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – Novembro/ 2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2023	Outub ro, 2027	-	Dezemb ro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	800MHz – Novembro/ 2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2023	Outub ro, 2027	-	Dezemb ro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outub ro, 2027	-	Dezemb ro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	800MHz – Novembro/ 2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2023	Outub ro, 2027	-	Dezemb ro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – Novembro/ 2028 1800MHz – Dezembro 2032	Abril, 2023	Abril, 2023	Outub ro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro , 2030*	Dezemb ro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – Novembro/ 2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2023	Outub ro, 2027	-	Dezemb ro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

As autorizações detidas em caráter primário pela Cozani em 31 de dezembro de 2022, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração				
	<u>900 MHz</u>	<u>1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1.900 MHz e 2.100 MHz</u>	<u>2.500 MHz Banda V2</u>
SP (exceto AR 11)	-	Dezembro, 2032	-	-	Outubro, 2027
SP (AR 11)	-	Dezembro, 2032	-	-	Outubro, 2027
Paraná e Santa Catarina	Dezembro, 2032 *	Dezembro, 2032 *	-	-	Outubro, 2027
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal	Dezembro, 2032 *	Dezembro, 2032 *	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027
Rio Grande do Sul	Dezembro, 2032 *	-	Dezembro/2032	-	Outubro, 2027
Mato Grosso do Sul (Setor 22) e Goiás (Setor 25)	Dezembro, 2032 *	Dezembro, 2032 *	-	Abril, 2038	Outubro, 2027
Mato Grosso do Sul (exceto Setor 22) e Goiás (exceto Setor 25)	Dezembro, 2032 *	Dezembro, 2032 *	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027
Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	Março, 2031 *	Março, 2031 *	-	-	Outubro, 2027
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031 *	-	-	-	Outubro, 2027
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo	-	Março, 2031 *	-	-	Outubro, 2027
Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais	-	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027

* Termos já renovados por 15 anos.

Notas Explicativas

21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado
				2022	2021	2022
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	173.381	278.176	173.381
Scotia ¹ (ii)	USD	1,2410% a 3,2300% a.a.	Dez/23 a Abr/24	1.568.683	559.650	1.568.683
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	-	428.793	-
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.265	515.166	515.265
Debêntures ² (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.771.797	1.667.399	1.771.797
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	394.139	396.281	394.139
BNB ³ (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945%	Fev/28	249.400	-	249.400
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	297.160	-	297.160
Total				4.969.825	3.845.465	4.969.825
Circulante				(1.264.967)	(538.450)	(1.264.967)
Não circulante				3.704.858	3.307.015	3.704.858

¹ As taxas das dívidas ativas em 31/12/22 com o banco Scotia estão entre 1,4748% e 3,2300% a.a.

² É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

³ As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por inadimplência.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2022
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	N/D	1.090.000	778.595	311.405
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	N/D	20.000	12.190	7.810
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	N/D	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	503.351	249.128
Total R\$:				2.252.479	1.294.136	958.343

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais.
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade.
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.
- (iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora	Consolidado
2024	1.282.496	1.282.496
2025	202.506	202.506
2026	698.866	698.866
2027	698.866	698.866
2028	659.624	659.624
2029	55.714	55.714
2030	55.714	55.714
2031	51.072	51.072
	3.704.858	3.704.858

Notas Explicativas

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2023	1.264.968
2024	1.282.496
2025	202.506
2026	698.866
2027	698.866
2028	659.624
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	<u>4.969.825</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2022 é, respectivamente, R\$ 1.519.742, R\$ 59.199, R\$ 1.670.839, R\$ 361.828 e R\$ 219.697.

22. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.986.293	1.421.955	2.097.468
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	212.043	303.721	222.120
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.698.025	1.042.933	1.798.967
Imposto sobre Serviço - ISS	65.881	66.075	65.664
Outros	10.344	9.226	10.717
Parcela circulante	<u>(1.982.559)</u>	<u>(1.418.682)</u>	<u>(2.093.734)</u>
Parcela não circulante	<u>3.734</u>	<u>3.273</u>	<u>3.734</u>

Notas Explicativas

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R\$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R\$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R\$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R\$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R\$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

Em 2022, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R\$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R\$361,6 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2022 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 2022, houve o reconhecimento de R\$163 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020, 2021 e 2022 com pagamento suspenso por decisão liminar.

23. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2022, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

		Controladora	Consolidado
	2022	2021	2022
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	232.276	258.340	272.150
Imposto de renda e contribuição social	78.351	186.294	78.351
PIS / COFINS	62.324	41.916	102.157
IRRF sobre JSCP	65.311	-	65.311
Outros (i)	26.290	30.130	26.331
Parcela circulante	(222.470)	(245.113)	(262.344)
Parcela não circulante	9.806	13.227	9.806

(i) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

Notas Explicativas

24. Receitas diferidas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receitas diferidas	889.441	886.340	932.029
Serviços a prestar pré-pago (i)	151.355	118.795	193.943
Subvenções governamentais (ii)	860	11.184	860
Receitas antecipadas	43.561	8.522	43.561
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	680.731	734.826	680.731
Passivo contratual (iv)	12.934	13.013	12.934
Parcela circulante	(222.829)	(197.179)	(265.417)
Parcela não circulante	666.612	689.161	666.612

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2022 é de R\$203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de R\$860 (R\$11.184 em 31 de dezembro de 2021). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 31).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	2022	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.182.403	2.051.120
Ativo contratual	19.828	15.340
Passivo contratual	(12.934)	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.326
Adições	12.188
Baixas	(7.620)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.894

Notas Explicativas

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2021	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais, que representam os saldos individuais e consolidados, tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

Os valores abaixo representam os saldos da Controladora e Consolidado.

	2023	2024	2025
Ativo (passivo) contratual	7.210	(316)	-

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

Notas Explicativas

25. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

Os valores apresentados abaixo representam os saldos individuais e consolidados.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.112.153	960.881	1.112.156
Cível (a)	392.972	309.019	392.975
Trabalhistas (b)	214.450	192.132	214.450
Tributária (c)	473.391	429.951	473.391
Regulatória (d)	31.340	29.779	31.340

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-21	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-22
	960.881	247.227	(242.597)	146.642	1.112.153
Cível (a)	309.019	130.164	(133.649)	87.438	392.972
Trabalhistas (b)	192.132	79.613	(84.165)	26.870	214.450
Tributária (c)	429.951	35.978	(21.192)	28.654	473.391
Regulatória (d)	29.779	1.472	(3.591)	3.680	31.340

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

Notas Explicativas

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$179.132 (R\$ 150.881 em 31 de dezembro de 2021) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa; e (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. O montante provisionado equivale a R\$168.987 (R\$116.985 em 31 de dezembro 2021).

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$27.740 (R\$ 20.708 em 31 de dezembro de 2021).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$14.642 (R\$20.089 em 31 de dezembro de 2021).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$2.471 (R\$356 em 31 de dezembro de 2021).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor provisionado correspondente a estas ações em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas

b. Processos trabalhistas e previdenciários

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Em relação a demandas previdenciárias os valores referem-se à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias em determinados pagamentos dos empregados da empresa.

Do total de 1.628 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2022 (1.314 em 31 de dezembro de 2021) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios e previdenciários. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 214.450 atualizado monetariamente (R\$ 192.132 em 31 de dezembro de 2021).

c. Processos tributários

	2022	2021
Tributos Federais	260.206	202.743
Tributos Estaduais	130.816	145.436
Tributos Municipais	8.550	7.626
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	73.819	74.146
	<u>473.391</u>	<u>429.951</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão suporta noventa e nove processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) Sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 4.303 (R\$ 8.510 em 31 de dezembro de 2021), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 16.169 (R\$ 15.149 em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 42.171 (R\$ 39.554 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

- (iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 64.140 (R\$ 60.382 em 31 de dezembro de 2021).
- (iv) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 67.815 (R\$ 18.579 em 31 de dezembro de 2021).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 24.811 (R\$ 41.352 em 31 de dezembro de 2021), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 6.757 (R\$ 5.291 em 31 de dezembro de 2021), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 17.471 (R\$ 16.216 em 31 de dezembro de 2021), (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 11.943 (R\$ 16.374 em 31 de dezembro de 2021), (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 10.392 (R\$ 22.183 em 31 de dezembro de 2021), e (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 16.220 (R\$ 13.963 em 31 de dezembro de 2021).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 73.819 (R\$74.146 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 31.340 (R\$ 29.779 em 31 de dezembro de 2021).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2022	2021
	20.123.806	18.140.556
Cível (e.1)	1.418.874	1.292.202
Trabalhista e previdenciária (e.2)	360.942	392.035
Tributária (e.3)	18.171.345	16.309.439
Regulatória (e.4)	172.645	146.880

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2022	2021
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	141.858	160.696
ANATEL (e.1.2)	293.203	258.683
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	455.481	493.806
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	230.360	216.054
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	116.613	99.743
Outros (e.1.6)	181.359	63.220
	1.418.874	1.292.202

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

Notas Explicativas

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias em determinados pagamentos dos empregados da empresa, nas competências dos anos de 2005 a 2011, no valor total atualizado de R\$ 80.456 (R\$ 85.720 em 31 de dezembro de 2021).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.384 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2022 (3.067 em 31 de dezembro de 2021) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 289.354 (R\$ 306.315 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

e.3. Tributárias

	2022	2021
	18.171.345	16.309.439
Tributos Federais (e.3.1)	3.275.840	3.026.326
Tributos Estaduais (e.3.2)	9.640.939	8.782.114
Tributos Municipais (e.3.3)	1.587.910	1.234.618
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.666.656	3.266.381

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base na taxa SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 13.014.078 (R\$ 12.133.168 em 31 de dezembro de 2021).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.275.840 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.579.257 (R\$ 1.467.409 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão.
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 265.163 (R\$ 231.810 em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 73.307 (R\$ 69.124 em 31 de dezembro de 2021).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 292.662 (R\$ 268.170 em 31 de dezembro de 2021).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 437.419 (R\$ 410.662 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 9.640.939 (R\$ 8.782.114 em 31 de dezembro de 2021). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.236.502 (R\$ 1.140.553 em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 394.834 (R\$ 356.251 em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 694.479 (R\$ 654.011 em 31 de dezembro de 2021).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2022, o montante envolvido é de R\$ 3.835.583 (R\$ 3.449.439 em 31 de dezembro de 2021).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 154.673 (R\$ 138.242 em 31 de dezembro de 2021).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 900.731 (R\$ 727.057 em 31 de dezembro de 2021).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 625.202 (R\$ 547.575 em 31 de dezembro de 2021).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 136.243 (R\$ 116.700 em 31 de dezembro de 2021).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 330.805 (R\$ 286.519 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.587.910 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.281.547 (R\$ 618.343 em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 86.520 (R\$ 399.141 em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 149.764 (R\$ 137.944 em 31 de dezembro de 2021).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R\$ 3.666.656 (R\$ 3.266.381 em 31 de dezembro de 2021). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 172.645 (R\$ 146.880 em 31 de dezembro de 2021).

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões (atualizados à época).

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

Notas Explicativas

O Termo prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso, dentre outros. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura foi implementada em três anos - sendo que mais de 99% dos municípios foram atendidos nos primeiros dois anos e os três municípios restantes foram atendidos em novembro de 2022 - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais operadoras.

Com o fechamento do 1º Ano do TAC, os seguintes compromissos receberam atesto por parte da Agência: Reparação, Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD (fase 1) e Notificações; Numeração; Interconexão; IR; IGQ; Óbice; Controles Internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; *Backhaul*; Licenciamento Backlog; Compromisso de Abrangência; Atendimento Presencial; Relacionamento Digital; e Compromissos Adicionais.

Em junho de 2022, a TIM concluiu o 2º ano do TAC, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas associadas. Em setembro de 2022, os Compromissos Óbice, Controles internos e Compromissos Adicionais receberam os atestos por parte da Agência relacionados a meta do 2º ano.

Em outubro de 2022, a TIM e Anatel assinaram o Termo Aditivo de repactuação do compromisso relativo aos Indicadores de Qualidade. Dessa forma, o Índice de Qualidade Percebida (IQP) passará a ser adotado em substituição ao Índice Geral de Qualidade (IGQ), descontinuado pela Agência.

A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

26. Outros passivos

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Outros passivos	192.884	74.971	732.367
Provisão para futura desmobilização de ativos	23.659	31.512	289.606
Adiantamento de clientes	12.887	8.355	15.068
Contrato oneroso de capacidade (i)	-	-	178.532
Outras provisões de risco	-	-	83.923
Outros (ii)	156.338	35.104	165.238
Parcela circulante	(21.327)	(12.951)	(132.954)
Parcela não circulante	171.557	62.020	599.413

Notas Explicativas

(i) Como parte da aquisição da Cozani, foi identificado um contrato de capacidade transferido na transação, onde existe uma obrigação *take or pay* por uma vigência definida. O montante registrado se refere a parte de capacidade que não será utilizada para a vigência contratual remanescente.

(ii) Em 23 de junho de 2022, foi editada a Lei Complementar 194 que, em síntese, alterou a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo e, como consequência, apontou a redução do ICMS sobre as receitas auferidas pelas empresas de tais setores.

A Companhia, proativamente, irá realizar o repasse de seus efeitos a seus clientes, em variância conforme a natureza de seus planos. Tal repasse, porém, depende de desenvolvimentos sistêmicos que estão em andamento e serão concluídos no decorrer de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de "Outros", está registrado o valor de R\$117 milhões referente à diferença entre o valor de redução da alíquota definida na Lei Complementar e os valores antes devidos, correspondente ao período necessário à realização dos referidos desenvolvimentos sistêmicos.

27. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2022	2021
	408.602	401.806
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	54.998	48.202

Notas Explicativas

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 28).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo, a partir de 2018, o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.124.411 (R\$1.958.301 em 31 de dezembro de 2021).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

Notas Explicativas

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.670.755	2.957.174
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(166.110)	(176.741)
(-) Constituição da reserva legal	(75.233)	(139.021)
Lucro líquido ajustado	1.429.412	2.641.412
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	357.353	660.353
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.400.000	1.047.500
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.400.000	1.047.500
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(196.970)	(142.977)
Total de dividendos e JCP líquidos	1.203.030	904.523

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante os anos de 2022 foram distribuídos os montantes de R\$1.400.000 e propostos valores adicionais de R\$600.000 que serão aprovados para distribuição em Assembleia em 30 de março de 2023, totalizando R\$ 2.000.000 e em 2021, foram distribuídos os montantes de R\$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
09/06/2021	20/07/2021	350.000
24/09/2021	27/10/2021	137.500
15/12/2021	25/01/2022	560.000
		1.047.500
22/03/2022	27/04/2022	195.000
15/06/2022	20/07/2022	270.000
12/09/2022	31/10/2022	235.000
12/09/2022	24/01/2023	245.000
12/12/2022	24/01/2023	455.000
09/02/2023	18/04/2023	600.000
		2.000.000

Notas Explicativas

O saldo em 31 de dezembro de 2022 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$661.494 (R\$533.580 em 31 de dezembro 2021) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$61.187 (R\$49.955 em 31 de dezembro 2021) além do montante de R\$600.307 líquidos, distribuídos em 2022, com aprovação prevista para a Assembleia Geral Ordinária no início de 2023.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

28. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2014-2016”, “Plano 2018-2020” e “Plano 2021-2023” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

O Plano 2014-2016 trata da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2014-2016 está condicionado ao atingimento de metas que pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos no Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções do Plano 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor justo (*fair value*) das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Notas Explicativas

Tabela Programa Opções de Ações (Stock Options)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	112.552	-	(112.552)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	-	-	-	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Total	8.965.119			112.552	-	(112.552)	-	-	-

Preço médio ponderado do saldo de outorgas

-

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	17.532.884			316.834	-	(204.282)	-	-	112.552
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				R\$ 8,10					

Notas Explicativas

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício *			Pagas em Dinheiro*			Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
						Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	-	1.227.712	-	-	-	-	-	-	(44.565)	1.183.147
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	3.119.734	-	(1.043.059)	(87.605)	(43.880)	(2.883)	(473)	(130)	(49.639)	2.024.153
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R\$ 14,40	519.098	-	(252.024)	(63.029)	(22.884)	(2.593)	(649)	(236)	(3.641)	260.840
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R\$ 11,28	427.030	-	(419.188)	(137.064)	(62.243)	(7.842)	(2.537)	(1.195)	-	-
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018	849.932	abr/21	R\$ 14,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7.235.970			4.065.862	1.227.712	(1.714.271)	(287.698)	(129.007)	(13.318)	(3.659)	(1.561)	(97.845)	3.468.140
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 13,15										

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício*			Pagas em Dinheiro*			Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
						Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R\$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R\$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R\$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	6.008.258			1.683.543	3.431.610	(601.476)	(172.599)	(54.435)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(438.714)	4.065.862
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 12,96										

Notas Explicativas

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de março de 2018 a 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de junho de 2019 a 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2020.
- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 47.815 (R\$ 22.212 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

29. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 153.348 (R\$ 119.457 em 31 de dezembro de 2021).

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC” e “Procedimento Arbitral”, respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, “Requeridos”), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Notas Explicativas

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receita Líquida	20.759.080	18.058.027	21.530.801
Receita bruta	28.650.398	25.357.429	29.713.383
Receita de serviços	27.331.986	24.264.246	28.394.971
Receita de serviços - Móvel	25.435.736	22.433.225	26.498.745
Receita de serviços - Fixa	1.896.250	1.831.021	1.896.226
Venda de mercadorias	1.318.412	1.093.183	1.318.412
Deduções da receita bruta	(7.891.318)	(7.299.402)	(8.182.582)
Impostos incidentes	(4.190.169)	(4.679.722)	(4.471.342)
Descontos concedidos	(3.692.038)	(2.610.388)	(3.702.129)
Devoluções e outros	(9.111)	(9.292)	(9.111)

Notas Explicativas

30. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	2022				2021			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(9.934.765)	(5.175.582)	(1.801.836)	(16.912.183)	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)
Pessoal	(50.271)	(786.725)	(441.503)	(1.278.499)	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)
Serviços de terceiros	(609.432)	(2.013.162)	(821.144)	(3.443.738)	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)
Interconexão e meios de conexão	(2.781.893)	-	-	(2.781.893)	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)
Depreciação e amortização	(5.113.029)	(292.385)	(460.292)	(5.865.706)	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)
Impostos, taxas e contribuições	(36.629)	(763.860)	(22.853)	(823.342)	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)
Aluguéis e seguros	(467.527)	(133.148)	(18.032)	(618.707)	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)
Custo das mercadorias vendidas	(870.978)	-	-	(870.978)	(731.007)	-	-	(731.007)
Publicidade e propaganda	-	(565.263)	-	(565.263)	-	(459.811)	-	(459.811)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(585.699)	-	(585.699)	-	(544.642)	-	(544.642)
Outros	(5.006)	(35.340)	(38.012)	(78.358)	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)

	Consolidado			
	2022			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(10.655.981)	(5.596.211)	(1.808.735)	(18.060.927)
Pessoal	(50.271)	(786.725)	(441.503)	(1.278.499)
Serviços de terceiros	(634.498)	(2.248.966)	(828.007)	(3.711.471)
Interconexão e meios de conexão	(2.511.779)	-	-	(2.511.779)
Depreciação e amortização	(6.074.238)	(292.644)	(460.292)	(6.827.174)
Impostos, taxas e contribuições	(36.972)	(907.895)	(22.856)	(967.723)
Aluguéis e seguros	(471.998)	(133.150)	(18.032)	(623.180)
Custo das mercadorias	(870.978)	-	-	(870.978)
Publicidade e propaganda	-	(565.272)	-	(565.272)
Perdas por créditos de liquidação	-	(626.218)	-	(626.218)
Outros	(5.247)	(35.341)	(38.045)	(78.633)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Notas Explicativas

31. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receitas			
Receita de subvenção, líquida	10.324	13.548	10.324
Multas s/ serviços de telecomunicações	68.408	58.793	72.903
Receita na alienação de ativos (ii)	23.747	2.711.535	23.747
Outras receitas	60.876	65.482	62.256
	<u>163.355</u>	<u>2.849.358</u>	<u>169.230</u>
Despesas			
FUST/FUNTTEL (i)	(141.994)	(134.962)	(151.485)
Impostos, taxas e contribuições	(1.500)	(2.274)	(1.526)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(219.229)	(248.987)	(219.241)
Despesa na alienação de ativos (ii)	(23.443)	(1.942.791)	(23.443)
Outras despesas	(20.367)	(22.573)	(21.906)
	<u>(406.533)</u>	<u>(2.351.587)</u>	<u>(417.601)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(243.178)</u>	<u>497.771</u>	<u>(248.371)</u>

(i) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

(ii) Em 2021, representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. no montante de R\$1.096.294 e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A. no montante de R\$1.612.957.

Nas despesas, o montante de R\$1.927.014 é representado pelo acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS foi de R\$ 782.237. Para maiores informações vide nota 1.2.2.

32. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receitas financeiras	1.267.501	1.091.748	1.318.948
Juros sobre aplicações financeiras	498.170	339.681	546.763
Juros de clientes	26.426	28.427	27.916
Juros swap	299.096	203.852	299.096
Juros sobre arrendamento	28.101	24.788	28.101
Atualização monetária (i)	213.949	208.029	213.949
Outros derivativos (ii)	187.097	285.009	187.097
Outras receitas	14.662	1.962	16.026

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

Notas Explicativas

(ii) Refere-se, principalmente à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, a que a Companhia teve direito no período devido ao atingimento de metas. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve o direito de subscrição referente a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª metas contratuais, gerando um efeito de R\$160.514 (R\$285.009 em 31 de dezembro de 2021). O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 39, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 29.

33. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Despesas financeiras	(2.466.068)	(1.745.213)	(2.762.963)
Juros sobre impostos e taxas	(174.351)	(61.745)	(187.778)
Juros swap	(644.280)	(352.029)	(644.280)
Juros sobre arrendamento	(1.075.603)	(845.033)	(1.333.007)
Atualização monetária (i)	(313.552)	(247.200)	(336.046)
Descontos concedidos	(47.644)	(52.509)	(48.774)
Outras despesas	(210.638)	(186.697)	(213.078)

(i) Parte substancial relacionada a: (i) atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R\$146.642, vide nota 25 (R\$111.949 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos e autorizações, no montante R\$ 166.411 (R\$114.980 em 31 de dezembro de 2021).

34. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receitas			
Empréstimos e financiamentos (i)	47.552	215.262	47.552
Fornecedores	34.586	13.190	34.586
Swap	28.006	275.836	28.006
Outros	30.923	16.640	30.923
	141.067	520.928	141.067
Despesas			
Empréstimos e financiamentos (i)	(27.984)	(275.724)	(27.984)
Fornecedores	(21.109)	(20.061)	(21.109)
Swap (ii)	(47.460)	(215.262)	(47.460)
Outros	(39.507)	(9.222)	(39.507)
	(136.060)	(520.269)	(136.060)
Variações cambiais, líquidas	5.007	659	5.007

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 39).

35. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda do exercício	(247.492)	9.697	(247.492)
Contribuição social do exercício	(85.452)	26.538	(85.452)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	157.254	167.118	157.254
	(175.690)	203.353	(175.690)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Imposto de renda diferido	(3.512)	(255.972)	95.583
Contribuição social diferida	(6.450)	(93.432)	29.954
	(9.962)	(349.404)	125.537
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	-	-
	(9.962)	(349.404)	125.537
	(185.652)	(146.051)	(50.153)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.856.407	3.103.225	1.720.908
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(631.178)	(1.055.097)	(585.109)
(Adições) / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(188.276)	(3.935)	(20.939)
Adições, exclusões permanentes:			
Receitas não tributáveis	35.508	135.465	152.277
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(39.236)	(53.505)	(120.682)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	157.254	167.118	157.254
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	476.000	356.150	476.000
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	-	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	-	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	-	87.565	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(129.954)
Outros valores	4.276	21.319	21.000
	445.526	909.046	534.956
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(185.652)	(146.051)	(50.153)
Alíquota efetiva	10,00%	4,71%	2,91%

(i) Conforme mencionado na nota 27 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Notas Explicativas

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1.2.2, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS.

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa, no valor de R\$ 534,8 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R\$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

36. Lucro por ação

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes da Controladora e Consolidado.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.670.755	2.957.174
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.419.961	2.420.314
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,69	1,22

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	1.670.755	2.957.174
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.245	2.420.638
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,69	1,22

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 284 milhares de ações (324 milhares em 31 de dezembro de 2021) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 28.

Notas Explicativas

37. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo		
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Telecom Italia Sparkle (i)	2.770	1.414	2.770
Gruppo Havas (vi)	-	83.613	-
TI Sparkle (iii)	1.494	5.084	1.494
TIM Brasil (vii)	22.790	23.069	22.790
Telecom Italia S.p.A. (ii)	2.086	1.502	2.086
I-Systems (ix)	14.762	5.879	14.762
Cozani (x)	456.185	-	-
Outros	674	674	674
Total	500.761	121.235	44.576

	Passivo		
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	85.845	71.288	85.845
Telecom Italia Sparkle (i)	4.436	3.689	4.436
TI Sparkle (iii)	9.445	10.205	9.445
TIM Brasil (iv)	10.858	6.558	10.858
Grupo Vivendi (v)	3.457	1.238	3.457
Gruppo Havas (vi)	65.618	19.794	65.618
I-Systems (viii)	49.391	31.596	49.391
Cozani (x)	383.621	-	-
Outros	22.210	4.585	22.210
Total	634.881	148.953	251.260

	Receita		
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	2.874	1.112	2.874
Telecom Italia Sparkle (i)	3.887	353	3.887
TI Sparkle (iii)	1.968	3.347	1.968
I-Systems (ix)	36.090	5.881	36.090
Cozani (x)	459.797	-	-
Total	504.616	10.693	44.819

Notas Explicativas

	Custo/Despesa		
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	108.792	105.137	108.792
Telecom Italia Sparkle (i)	12.409	19.219	12.409
TI Sparkle (iii)	18.095	20.533	18.095
Grupo Vivendi (v)	4.319	1.271	4.319
Gruppo Havas (vi)	382.275	206.349	382.275
I-Systems (viii)	365.875	31.596	365.875
Cozani (x)	392.133	-	-
Outros	16.983	22.597	16.983
Total	1.300.881	406.702	908.748

- (i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
- (vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 345.597 (R\$ 181.440 em 31 de dezembro de 2021), estão relacionados aos repasses de mídia.
- (vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.
- (ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.
- (x) Referem-se a contratos relativos à operação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, *roaming*, cessão de meios e uso de radiofrequências, além de acordos de cofaturamento.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia investiu R\$ 5.787 (R\$ 9.147 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

38. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo	35.717	31.494
Outros benefícios de longo prazo	-	1.052
Remuneração baseada em ações	33.926	15.176
	69.643	47.722

39. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

Notas Explicativas

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, e a exposição a taxa pré-fixada atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 ou receitas de serviços prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 21.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	276.951	393.372	198.027	208.787
Outros derivativos (i)	624.671	-	457.892	-
	901.622	393.372	655.919	208.787
Parcela circulante	(239.189)	(343.142)	(134.292)	(194.837)
Parcela não circulante	662.433	50.230	521.627	13.950

- (i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 5,52% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R\$23,9 milhões. Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, corresponde a R\$624 milhões e R\$ 458 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R\$600,1 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será reavaliado e registrado no resultado do exercício subsequente da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 29.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2024	32.141
2025	630.292
2026 em diante	-
	<u>662.433</u>

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 21 e 17.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	2022		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.203.564	901.623	3.105.187
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.203.564	901.623	3.105.187
Instrumentos financeiros derivativos	-	276.952	276.952
Outros derivativos		624.671	624.671
Títulos e valores mobiliários	2.203.564	-	2.203.564
Total do passivo	-	393.372	393.372
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	393.372	393.372
Instrumentos financeiros derivativos	-	393.372	393.372

Notas Explicativas

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2022

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	8.169.573	3.105.187	11.274.760
Instrumentos financeiros derivativos	-	276.952	276.952
Outros derivativos	-	624.671	624.671
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.978.135	-	3.978.135
Títulos e valores mobiliários	-	2.203.564	2.203.564
Caixa e equivalentes de caixa	2.548.713	-	2.548.713
Arrendamentos	238.646	-	238.646
Depósitos judiciais	1.377.560	-	1.377.560
Outros valores a compensar	26.519	-	26.519

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	22.848.540	393.372	23.241.912
Empréstimos e Financiamentos	4.969.825	-	4.969.825
Instrumentos financeiros derivativos	-	393.372	393.372
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.385.356	-	4.385.356
Passivo de arrendamento	12.831.865	-	12.831.865
Dividendos e JSCP a pagar	661.494	-	661.494

Notas Explicativas**31 de dezembro de 2021**

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.235.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.579.528	4.579.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	16.709.988	208.787	16.918.775
Empréstimos e Financiamentos	3.845.465	-	3.845.465
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.267.404	-	3.267.404
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Notas Explicativas

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2022, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2022

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	175.589	175.589	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	249.400	249.166	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	67,73% a 69,50% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	1.568.683	1.569.829	100%	1,73% a 3,80% a.a.	CDI + 1,05% a 108,95% do CDI
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.265	517.727	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.796.843	1.796.843	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	394.139	394.139	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2021

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Em março de 2022, a Companhia entrou em uma operação de compra de opções de compra no montante nominal total de USD 63 milhões. A operação tem como objetivo proteger a Companhia de efeitos de variação cambial advindas de seus contratos comerciais a partir de R\$ 4,96/USD. A operação é constituída por 9 opções no montante de USD 7 milhões cada e com vencimento de abril a dezembro de 2022. As opções foram adquiridas pelo valor de R\$ 17,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 a operação estava finalizada.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Notas Explicativas

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Dez/22		4.006.850	-	4.006.850	(4.123.508)	(116.658)	-	-
CDI	provável	4.006.850	-	4.006.850	(4.123.508)	(116.658)	-	-
	possível	4.005.860	(989)	4.005.860	(4.150.476)	(144.616)	(27.957)	(26.968)
	remoto	4.004.918	(1.931)	4.004.918	(4.176.904)	(171.986)	(55.327)	(53.396)
USD	provável	4.006.850	-	4.006.850	(4.123.508)	(116.658)	-	-
	possível	4.430.671	423.822	4.430.671	(4.123.508)	307.163	423.822	-
	remoto	4.854.493	847.644	4.854.493	(4.123.508)	730.985	847.644	-
Libor	provável	4.006.850	-	4.006.850	(4.123.508)	(116.658)	-	-
	possível	4.009.675	2.826	4.009.675	(4.123.508)	(113.833)	2.826	-
	remoto	4.012.501	5.652	4.012.501	(4.123.508)	(111.007)	5.652	-
IPCA	provável	4.006.850	-	4.006.850	(4.123.508)	(116.658)	-	-
	possível	3.883.686	(123.164)	3.883.686	(4.123.508)	(239.822)	(123.164)	-
	remoto	3.769.695	(237.154)	3.769.695	(4.123.508)	(353.813)	(237.154)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BNB, BNP Paribas, Debenture e BNDES).

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
CDI	Provável	13,65%	5,2177	5,15%	5,78%
	Possível	17,06%	5,2177	5,15%	5,78%
	Remoto	20,48%	5,2177	5,15%	5,78%
USD	Provável	13,65%	5,2177	5,15%	5,78%
	Possível	13,65%	6,5221	5,15%	5,78%
	Remoto	13,65%	7,8266	5,15%	5,78%
Libor	Provável	13,65%	5,2177	5,15%	5,78%
	Possível	13,65%	5,2177	6,44%	5,78%
	Remoto	13,65%	5,2177	7,73%	5,78%
IPCA	Provável	13,65%	5,2177	5,15%	5,78%
	Possível	13,65%	5,2177	5,15%	7,23%
	Remoto	13,65%	5,2177	5,15%	8,67%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Notas Explicativas

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2022 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2022	2021
Resultado líquido em operações de Derivativos	(364.638)	(87.603)
Resultado de operações com outros derivativos	160.414	285.009

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 21 e 39)	4.461.574	3.398.333	4.461.574
Arrendamentos - Passivo (Nota 17)	9.948.873	9.063.539	12.831.865
Arrendamentos - Ativo (Nota 17)	(238.646)	(243.121)	(238.646)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(1.785.100)	(5.228.615)	(2.548.713)
FIC (Nota 5)	(2.203.564)	(4.568.020)	(2.203.564)
Dívida Líquida	10.183.137	2.422.116	12.302.516
Outros derivativos (nota 39)	624.671	457.892	624.671
Financiamento Licença 5G	895.094	843.020	895.094
Dívida Líquida Ajustada	11.702.902	3.723.028	13.822.281
LAJIDA (EBITDA) (i) (últimos 12 meses)	8.781.580	9.447.727	9.987.091
Índice de alavancagem financeira	1,33	0,39	1,38
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:			
Lucro Líquido do exercício	1.670.755	2.957.174	1.670.755
Resultado Financeiro Líquido	1.193.560	652.806	1.439.008
Imposto de renda e contribuição social	185.652	146.051	50.153
Depreciações e amortizações	5.731.613	5.691.696	6.827.175
LAJIDA (EBITDA) (i)	8.781.580	9.447.727	9.987.091

(i) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.

EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)
Ingressos	1.568.343	2.195.915	(166.779)
Cancelamentos	-	(84.915)	-
Encargos financeiros	298.718	1.072.435	345.184
Variações cambiais, líquidas	(19.567)	-	19.454
Pagamentos	(723.134)	(2.298.101)	(258.978)
31 de dezembro de 2022	4.969.825	9.948.873	(508.251)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)
Ingressos	1.568.343	2.472.827	(166.779)
Aquisição Cozani – saldo de partida 30/04/2022	-	2.929.448	-
Cancelamentos	-	(93.491)	-
Encargos financeiros	298.718	1.329.839	345.184
Variações cambiais, líquidas	(19.567)	-	19.454
Pagamentos	(723.134)	(2.870.297)	(258.978)
31 de dezembro de 2022	4.969.825	12.831.865	(508.251)

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

Notas Explicativas

40. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	2022	2021
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.825	6.492

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

Notas Explicativas

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2022	2021
Conciliação dos ativos e passivos	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	35.189	8.624	105	776	12.536	3.210	60.440	66.167
Valor justo dos ativos do plano	(54.337)	(14.977)	(360)	-	(10.697)	-	(80.371)	(83.133)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(19.148)	(6.353)	(255)	776	1.839	3.210	(19.931)	(16.966)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	7.983	1.674	203	-	-	-	9.860	2.495
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(11.165)	(4.679)	(52)	776	1.839	3.210	(10.071)	(14.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.552)	(284)	(10)	57	234	411
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(44)	-	(34)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	7.996	(1.159)	76	91	(984)	(398)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/22	(11.165)	(4.679)	(52)	776	1.839	3.210

Notas Explicativas

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231
Custo do serviço corrente	4	-	-	-	-	121
Juros sobre obrigação atuarial	3.289	769	10	57	1.242	290
Benefícios pagos no ano	(3.103)	(772)	(9)	(44)	(718)	(34)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(3.870)	(549)	(15)	(198)	(2.088)	(398)
Valor das obrigações em 31/12/22	35.189	8.624	105	487	12.536	3.210

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-
Benefícios pagos no ano	(3.103)	(772)	(9)	-	(718)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	4.841	1.257	35	-	1.008	-
Contribuições / (devoluções) empresa	-	-	(73)	-	-	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(3.879)	(247)	2	-	(1.104)	-
Valor justo dos ativos em 31/12/22	54.337	14.977	360	-	10.697	-

e) Despesas previstas para 2023

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
	7					
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	-	-	-	97
Juros sobre as obrigações atuariais	3.389	769	10	57	923	323
Rendimento esperado dos ativos	(5.326)	(1.257)	(32)	-	(737)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.128	284	5	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(802)	(204)	(17)	57	186	420

Notas Explicativas

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 10,11% / 6,39%; PBS Nordeste: 10,11% / 6,39%; CA: 10,11% / 6,39%; PBS-A: 10,12% / 6,40%; AES: 10,16% / 6,43%; PAMEC: 10,11% / 6,39%; FIBER: 10,14% / 6,42%;
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50% / 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e FIBER: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

41. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 30.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

Notas Explicativas

42. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
<u>Transações que não envolvem caixa</u>			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	2.026.706	1.929.392	2.303.608
Adições ao intangível /aquisição de licenças (i)	-	2.682.469	-

(i) A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R\$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R\$ 2.682 milhões em contrapartida de autorizações a pagar e o R\$ 902 milhões com impacto no caixa.

43. Eventos subsequentes

Distribuição de JSCP

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 12 de dezembro de 2022, a distribuição de R\$ 455.000 a título de juros sobre capital próprio. O pagamento ocorreu no dia 24 de janeiro de 2023, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, ocorreu em 21 de dezembro de 2022.

O pagamento da 2ª parcela dos juros sobre capital próprio, aprovados em 12 de setembro de 2022, no montante de R\$245.000, ocorreu o dia 24 de janeiro de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TIM S/A
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TIM S/A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 25, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R\$18.644 milhões em 31 de dezembro de 2022, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$473 milhões, sendo o valor remanescente de R\$18.171 milhões divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo a determinação dos prognósticos de perda das referidas contingências e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados pelos advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, na análise de opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos e na realização de reuniões e obtenção de representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação das principais contingências tributárias; e (c) a revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa 25.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da

referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Aquisição da Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("SPE Cozani")

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, a Companhia adquiriu 100% das ações da SPE Cozani por R\$7.212 milhões. A aquisição foi contabilizada como uma combinação de negócios. Assim, a Companhia estimou o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos bem como a contraprestação contingente prevista no contrato de compra e venda usando modelos de valorização e premissas sobre o desempenho futuro dos negócios (incluindo taxas de crescimento de receita e rotatividade anual de clientes).

A auditoria da aquisição da SPE Cozani é complexa e envolve julgamento significativo por parte do auditor devido à incerteza significativa relacionada à estimativa das premissas utilizadas pela diretoria na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, sobretudo com referência ao intangível de carteira de clientes. As projeções da diretoria e as premissas subjacentes são prospectivas e podem ser afetadas por eventos econômicos e condições de mercado futuros.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos entendimento e avaliamos o desenho dos controles em relação ao processo contábil da Companhia para combinação de negócios, incluindo controles relacionados à identificação, ao reconhecimento e à mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Avaliamos também o desenho dos controles relacionados à avaliação de premissas utilizadas, como crescimento de receita e rotatividade anual de clientes.

A fim de testar o valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do modelo utilizado pela Companhia na determinação do valor justo desses ativos e passivos bem como as premissas significativas por ela utilizadas, teste da integridade e precisão dos dados subjacentes, comparação das premissas significativas com as tendências mercadológicas e econômicas do setor, além do envolvimento de nossos especialistas em modelos de valorização de negócios para auxiliar na avaliação das metodologias e modelos aplicados pela diretoria. Avaliamos, ainda, as divulgações feitas pela Companhia com relação à combinação de negócios divulgada na nota explicativa 1.2.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a aquisição da SPE Cozani, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria no reconhecimento dessa aquisição de negócios, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Fernando Alberto S. Magalhães

Contador CRC SP-133169/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2022 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 9 de fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2022 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 9 de fevereiro de 2023.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ANNA MARIA CERENTINI GOUVÊA GUIMARÃES
Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Resolução Normativa nº 23 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 25 de fevereiro de 2021, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumprе esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit Committee da Companhia, em conformidade com o disposto na Sarbanes-Oxley Act ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US Securities and Exchange Commission ("SEC"), por possuir American Depositary Receipts (ADRs) na The New York Stock Exchange ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme Parágrafo 1º do Inciso VII do Art.27 da Resolução 80 de 2022 da CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2022

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, 15 (quinze) reuniões do CAE que contemplaram 89 (oitenta e nove) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 53 (cinquenta e três) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Compliance, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre os assuntos abordados ao longo da programação anual acima referenciada, registra-se que os temas submetidos nas reuniões do CAE foram classificados da seguinte forma: (i) temas ordinários (decorrentes da legislação/regulamentação aplicável); (ii) temas recorrentes (decorrentes do plano de trabalho programado para o CAE ao longo do ano); e (iii) temas extraordinários (não previstos nos itens anteriores e submetidos a pedido da administração da Companhia ou dos próprios membros do CAE).

Dentro da organização acima indicada, cumpre destacar os dados estatísticos de produtividade das atividades do CAE, com especial ênfase em alguns temas destacados em amarelo, sinalizados como temas de potencial estratégico para a avaliação pelos membros do CAE, conforme abaixo demonstrado:

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2022. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2022, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2022, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 7 (sete) sessões durante o ano de 2022, a fim de, dentre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação Sarbanes-Oxley ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de Compliance da Companhia, em 8 (oito) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx Compliance, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) Compliance de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de Cyber Security e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) Compliance de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas, sempre procurando recomendar mecanismos que dotem a Companhia da necessária agilidade e resiliência para se adaptar a mudanças rápidas nos cenários macroeconômicos.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) ética nos negócios; (v) inclusão digital; (vi) diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) gestão de produtos eletrônicos; (viii) investimento em infraestrutura; e (ix) desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2022, o CAE analisou relatórios de Enterprise Risk Management ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 4 (quatro) sessões durante o ano de 2022. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e

opinou, previamente, sobre 12 (doze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de Compliance internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 7 (sete) sessões durante o ano de 2022, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 15 (quinze) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 4 (quatro) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, e de 1 (uma) reunião privada com os Auditores Independentes, de 30 (trinta) minutos, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros, de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 25) - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Aquisição da Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("SPE Cozani")

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 3 (três) vezes entre os meses de março e junho de 2022, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Resolução Normativa CVM nº 80, de 29 de março de 2022, com alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 168/2022.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2022, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 9 de fevereiro de 2023.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Fabio Mello de Avellar (Chief Revenue Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2023.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

FABIO MELLO DE AVELLAR
Chief Revenue Officer

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Fabio Mello de Avellar (Chief Revenue Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2023.

ALBERTO MARIO GRISELLI

Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

FABIO MELLO DE AVELLAR

Chief Revenue Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO

People, Culture & Organization Officer

FABIANE RESCHKE

Diretora Jurídica